

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AGNES CARNEIRO HUGHES WAITE

O NAZISMO COMO RELIGIÃO POLÍTICA:

UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE *MINHA LUTA E TRIUNFO DA VONTADE*

RIO DE JANEIRO

2015

AGNES CARNEIRO HUGHES WAITE

**O NAZISMO COMO RELIGIÃO POLÍTICA:
UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE *MINHA LUTA E TRIUNFO DA VONTADE***

Monografia de Conclusão de Curso

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, oferecida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Flaviano Bugatti Isolan

RIO DE JANEIRO

2015

AGRADECIMENTOS

Em alguns momentos me vi diante do conhecimento perdida, mas hesitei mudar o caminho traçado e graças a algumas pessoas deu-se a iluminação para prosseguir e insistir na importância da História para o conhecimento das virtudes e impasses dos homens.

Meus agradecimentos não seriam identificáveis se não fosse o aprendizado espiritual que a vida e a Natureza tem me proporcionado. À Luz e a harmonia divina eu dedico este trabalho e todo o aprendizado adquirido nessa estrada.

Aos meus pais agradeço por me proporcionarem condições para que eu me debruçasse diante do que faz meu esforço valer a pena. Toda chama que arde em mim, que queima minha existência, e que me faz ponderar, refletir e arriscar, eu dedico a vocês, Anna e Ricardo.

Outras pessoas foram postas no meu caminho para me ajudar, e me apoiar em momentos de equilíbrios e desequilíbrios. Se não fosse a espiritualidade pulsante em mim não entenderia o significado de alguns.

Aos meus padrinhos, Petra de Luxor e Irmão Dener dedico minha conquista, seus ensinamentos e a serenidade compartilhados faz sempre que eu me lembre de ambos.

Ao professor Victor Hugo Berenger agradeço todo aprendizado que tive sobre o cinema, e que ainda busco na interpretação e produção de algumas narrativas.

Ao professor Flaviano Isolan agradeço a paciência e orientação para produzir este trabalho. Seu incentivo ao meu interesse, sua ajuda na elaboração do texto e atenção às minhas dificuldades foram cruciais para o desenvolvimento dessa análise.

Aos meus amigos, Bianca Almeida, Amanda Antunes, Erika Braga, Camila Barbosa, André da Rocha, Luciene Couto e Lucas Leite agradeço também, pelo incentivo dado, quando por vezes pensei em desistir e fiquei desmotivada, por me fazerem rir de mim mesma, por terem levantado meu animo e me proporcionado momentos muito especiais de identificação, questionamento e auto-conhecimento. Aos “funcionários do CAFIL” também gostaria de agradecer a descontração de alguns dias tensos e as conversas profundas sobre as muitas coisas do mundo, da vida, da rua, da alma, e dos sonhos.

A todos, obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 A construção do mito nazista e da “religião do Estado”	7
1.1 O mito ariano	7
1.2 Arianismo e o mito nazista	12
1.3 O nazismo como religião política.....	23
2 Religião política e mito na ideologia nazista	36
2.1 <i>Minha Luta</i>	36
2.2 <i>O Triunfo da Vontade</i>	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma análise do nacional-socialismo enquanto uma “religião política”. Através da discussão deste conceito e seu significado para o fenômeno dos regimes fascistas (ou “totalitários”), e do estudo de caso de duas obras que fundamentam o nacional-socialismo - o livro de Hitler, *Minha Luta* (1926) e o filme de Leni Riefenstahl, *Triunfo da Vontade* (1935) -, serão analisados alguns pressupostos da ideologia nazista e suas representações, os quais colocam o nazismo no âmbito das análises da religião política.

Palavras-chave: Nazismo – Religião Política – *Minha Luta* e *Triunfo da Vontade*

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz o conceito de religião política, formulado por não-fascistas nos anos 20, para a problematização acerca do arianismo e do cristianismo positivo do nacional-socialismo na Alemanha. O fato do nacional-socialismo ter encontrado sua força na construção de um mito, que fundamentou o voto de fidelidade ao líder, e em uma concepção de partido como uma ordem semi-eclesiástica, nos levou à análise de como a Igreja serviu de exemplo para a construção de uma teoria de mundo e uma confissão de fé, nos permitindo assim falar não só da existência de um nacionalismo cristão, mas também negar que o nazismo tenha sido anticristão, ou tenha negado o cristianismo por completo, devido ao resgate a tradição germânica antiga e o determinismo racial ariano.

Ao analisarmos o *Mein Kampf* (1926), escrito por Hitler, e o *Triunfo da Vontade* (1935), filme de propaganda do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei - NSDAP) dirigido por Leni Riefenstahl, encontramos considerações sobre a confissão de fé pretendida, sobre Deus e o cristianismo, o que permitiu que trabalhássemos a reaplicação do conceito de religião política ao nazismo e encontrássemos neste uma ênfase na manipulação das massas e na sacralização destas junto a ordem política totalitária estabelecida na Alemanha com a ascensão do NSDAP ao poder.

Podemos, desta maneira, estabelecer a amplitude ideológica do nacional-socialismo na propaganda e na visão de mundo criada, e identificar como o cristianismo se relaciona com essa concepção na identificação das massas com a sua política.

O trabalho, portanto, pretende mostrar que o nazismo ao se formular como mito, buscava a experiência das massas para a realização do ideal nacional, o qual era exaltado nos seus cerimoniais e discursos do partido. Essa experiência é responsável pela afirmação do mito, sua realização enquanto meio e fim, e serve de identificação na construção de valores coletivos que sacralizam a vida em nação e reforçam a fé na “religião do Estado”.

A política totalitária e reacionária nazista, sobre o discurso da tradição e construção de uma nova história cultural, uniu a esfera mundana e a transcendental para legitimar-se como uma confissão de fé religiosa, assimilando o cristianismo na tentativa de manipular a fé cristã e implementar sua dominação política na esfera religiosa. Desta maneira, objetiva-se neste trabalho ressaltar a construção da imagem do NSDAP como um corpo sagrado – por exemplo, no critério de escolha de seus membros; a representação das massas como representatividade

nacional na propaganda nazista; a construção da imagem do *Führer* condutor ao futuro idealizado e ao mesmo tempo personalidade dotada do poder coletivo e do comando dado por Deus; e a sacralização que o partido dota não só seu poder, mas as massas propriamente ditas - o que pode ser visto, por exemplo, na narrativa construída do *Triunfo da Vontade*.

Assim, a análise aqui proposta é justificada pela forma que atualmente a política brasileira vem sendo apresentada, com a incisiva participação da comunidade cristã, principalmente nos partidos políticos, que chegam até mesmo a usar citações bíblicas para embasar propostas e críticas políticas. Apesar das diferenças históricas entre ambas as nações, e da maneira da abordagem religiosa, consideramos que a alusão à forma como o nacional-socialismo chegou ao poder na Alemanha, democraticamente, construindo-se como uma confissão de fé e ampliando seu apoio popular diante da crise política e econômica, serve ao estudo das ciências políticas no esclarecimento da representatividade popular - e das ameaças - que alguns movimentos e partidos podem representar.

1. A construção do mito nazista e da “religião do Estado”

1.1 O mito ariano

Desde o início do século XVIII o pensamento ocidental procurou libertar-se dos horizontes judeu-cristãos em que estavam baseadas as explicações acerca da origem humana e da natureza do homem. Na Europa moderna a pluralidade dos sistemas religiosos suscitou um círculo de contestação mútua, que conseqüentemente chegou a todas as crenças tradicionais. Ao passo que a verdade das crenças do Ocidente era assegurada, a fé nas verdades absolutas da Ciência crescia na mesma proporção. De acordo com Leon Poliakov, no livro *O mito ariano* (1974), o destaque da Razão permitiu que a taxonomia cientificamente correta explicitasse deduções sobre os diversos capítulos ou versículos do Antigo Testamento, permitindo que as tradições ou aspirações arcaicas, censuradas por ele, aflorassem, fazendo com que a mitologia, o animismo pagão e a “grande cadeia dos seres” aristotélica entrasse em questão. É nesse contexto que o mito ariano surge, num momento em que o raciocínio científico, ainda considerando as chamadas “verdades reveladas”, combina-se com elas, propondo-se a procurar e a teorizar a origem do homem, mas particularmente, a origem do homem branco ocidental.

O questionamento da relação de Adão e Eva como antepassados dos judeus embasou uma distinção de raças, assim como a descendência de Noé, e foi responsável por abrir campos teóricos para a teoria poligenista. A sugestão anti-bíblica e anti-clerical e a divisão de raças estabelecida pelo pensamento das luzes foram cruciais para que o arianismo se constituísse no século XIX. A princípio, a Linguística foi responsável pela frágil suposição que uma raça, que se tornou cristã, a branca em específico, teria nascido nas montanhas da Ásia, para fertilizar e colonizar o Ocidente, permitindo designar esses antepassados, opondo os arianos aos camitas, aos mongóis e aos semitas (POLIAKOV, 1974, p.166). Posteriormente, com o domínio britânico na Índia, a civilização, a cultura e a sociedade desta são vistas como produtos da invasão dos arianos, assim como a cultura europeia, tendo ambas, a mesma origem.

Foi a Linguística Comparada que desempenhou um importante papel na Indologia e nas suas origens, apontando a existência de uma língua primitiva em comum devido a semelhança entre os idiomas indo-europeus (CARVALHO, 2012, pp.128-132). O parentesco do sânscrito com o grego e o latim estudado por Willian Jones (1746-1794) em 1783 chamou

a atenção na época, dando surgimento a publicações que falavam sobre a descoberta da família das línguas indo-europeias (POLIAKOV, 1974, pp.169-170).

Com base nessas considerações linguísticas, os cientistas monogenistas e poligenistas e autores mais diversos do Século das Luzes, ao procurar o berço do gênero humano, levando em consideração o apontamento da Bíblia - a leste da Judeia - propuseram que sua localização ficava entre o Indo e o Ganges. Alguns autores trazidos por Poliakov para explicar as origens do homem e formulação do mito ariano em seu livro merecem destaque. São eles o conde de Buffon (1707-1788), por tecer considerações sobre os Bramas da Índia como conservadores de alguns lampejos dos antigos acontecimentos da Idade do Ouro, e por ter teorizado que o primeiro povo de *Homo sapiens* constituiu uma civilização edênica criadora das Ciências, das Artes, e de todas instituições úteis, mas que teria sido atacada por ignorantes e bárbaros que a destruíram, mergulhando toda a humanidade nas trevas da ignorância (*Ibidem*, 1974, pp.161-162); outro autor é Ernest Renan (1823-1892), que na França propagandeou o arianismo falando das grandes raças originárias dos grandes cumes, e que traziam em seu seio o futuro da humanidade, por serem os inauguradores da moral e da razão (*Ibidem*, 1974, p.187).

No século XIX, com a expansão do Império Britânico, o encontro de eruditos europeus e missionários cristãos representantes da cultura europeia com a tradição indiana possibilitou o surgimento da teoria da invasão ariana. As leituras dos vedas, em especial do *Rgveda*, acerca do conflito entre os *aryas*, os vencedores, e os *dasyus*, os vencidos, deu a esses grupos a condição de raças humanas, identificando os *dasyus* com os autóctnes da Índia e os *aryas* como os invasores nômades responsáveis pelo conflito. O sânscrito, o Hinduísmo, e conseqüentemente, o sistema de castas eram vistos como resultado do choque bélico desse conflito (CARVALHO, 2012, pp.128-134). O mito ariano enquanto verdade científica obteve o direito de cidadania no além-Mancha, mas o clássico desprezo dos colonizados pelos colonizadores, tornou impopular sua filiação indiana diante do orgulho nacional britânico (POLIAKOV, 1974, p.189).

Com uma mentalidade calcada na tentativa de esquivar-se da tradição judaica e com a afirmação da qualidade dos povos europeus, a teoria da invasão ariana foi construída. O estudo das filosofias, cultos e livros sagrados do Hinduísmo, mais antigos que os europeus, foram desmerecidos, principalmente no que dizia respeito à antiguidade do saber indiano. Os europeus não aceitaram o fato de dever as suas línguas e civilização a uma Índia, que julgavam ser ignorante (CARVALHO, 2012, p.133). A negação da tradição judaica abre um

espectro de especulações sobre a maneira com que a civilização europeia se ergue, servindo a ciência de legitimadora de sua superioridade, subestimando e ignorando a riqueza e complexidade dos outros povos.

O raciocínio científico sustentado com a teoria da invasão é que teria existido uma terra natal para os falantes de um idioma ancestral - denominado indo-europeu - que num primeiro momento é apontada na Ásia Central, depois Oriente Médio, até chegar a Europa Setentrional. Fica evidente o raciocínio eurocêntrico na reformulação das ideias sobre o mito ariano, e na mudança de ênfase da suposta localização da terra, do Oriente para o Ocidente. A afirmação da supremacia europeia e a distorção dos fatos da história indiana serviram para propagar um complexo de inferioridade entre os indianos a fim de minar a resistência à dominação imperialista, assim como ao Cristianismo foi dado o sentido de força libertadora das castas, com suas missões cristãs na Índia vistas como outra “invasão ariana”, a fim de levar a verdadeira luz a Índia e salvar os indianos das aberrações da primeira invasão.

Percebemos que o racionalismo científico estava atrelado às considerações religiosas cristãs. A ciência, enquanto legitimadora e legitimada pela civilização europeia, era um importante diferencial da superioridade dos europeus, tanto quanto a religião cristã. Mas, à parte, ou não desta, “o determinismo racial, surgido na França no começo do século XIX, havia tido suas influencias ideológicas, leis da ciência e o devir humano emancipados do controle divino”. Os racistas eram intitulados como portadores do progresso e numerosos autores, em meados do século XIX, sobretudo na França, percebiam nas raças uma explicação para o devir histórico, o que era uma forma de substituir a interpretação teológica por uma interpretação científica, substituindo a Providência divina pela “fisiologia” (POLIAKOV, 1974, pp.207-208).

No fim do século XIX, o mundo científico internacional havia promovido a divisão entre raça semita e raça ariana à categoria de axioma. O detalhamento sobre as qualidades das diversas raças, e a determinação de seu respectivo grau de inteligência ou de sensibilidade possuíam uma visão revolucionária e otimista. As raças eram entendidas como um modificador social – mais ativo do que os climas - embasado na hereditariedade. Concebia-se que os homens eram desiguais, sendo impossível que todas as raças se tornassem igualmente industriosas, ricas, esclarecidas, morais, e felizes. Tirava-se assim, da desigualdade das raças conclusões “histórico-filosóficas”, restando apenas “construir a ponte entre as velhas e

imaginárias raças da mitologia e tradições europeias e as que estavam a ponto de serem inventariadas pelos antropólogos” (*Ibidem*, 1974, pp.192-208).

O principal indício da qualidade das raças era a sua capacidade de dominação, mas havia a concepção de que a história humana era determinada não só pelas lutas “fisicamente” inter-raciais, mas pelas misturas ou dosagens de sangues. A desigualdade das raças torna-se um dogma do racismo moderno ao ser vista pela ciência como algo que a natureza tinha provido à satisfação da dupla necessidade: a graduação das funções sociais e a distinção de categorias (*Ibidem*, 1974, p.212).

A Antropologia ao se outorgar o estatuto de ciência autônoma, com seus métodos experimentais e quantitativos, “parecendo” materialistas e anticristãos, tomava de empréstimo os principais elementos constitutivos dos conhecimentos já estabelecidos, sobre a bipartição entre arianos e semitas da Linguística. A influência tirânica desta, durante todo o século XIX, foi preponderante ao orientalismo romântico, servindo de ciência-piloto, impondo seus métodos e sua autoridade, não só a Antropologia, mas à outras disciplinas humanas. Alguns autores, ainda em meados do século XIX, concediam o estatuto de probabilidade à teoria ariana por notarem haver uma maior estabilidade das particularidades de uma língua em comparação às particularidades raciais ou etnoraciais para que fosse concebido um fio condutor histórico coerente. Mas, a tirania dos sanscritistas era vista por outros autores positivamente, tanto que a atenção voltava-se para o desenvolvimento espiritual dos povos civilizados para quantificá-los, julgando as classificações embasadas na corporeidade infecundas e contraditórias (*Ibidem*, 1974, pp.242-245).

O determinismo racial dominou terreno até o fim do século XIX. Quando este começou a ceder espaço a outras concepções é que se tornou um artigo de fé. Sobre tal afirmação o crítico francês Jean Finot, em 1904, diz que os europeus instruídos eram persuadidos da autenticidade de suas origens arianas, e que depois da existência desta doutrina tão profundamente enraizada na consciência europeia, a Sociologia, a História, a Política e a Literatura modernas não cessam de opor os arianos aos outros povos semitas e mongóis, tendo, a origem ariana tornado-se uma fonte de benfajezas de onde fluíam a alta moralidade da Europa e as virtudes de seus principais habitantes (*Apud POLIAKOV*, 1974, p.266).

Segundo Poliakov, especulações filológicas, afirmavam que os arianos eram dotados de qualidades que os hebreus careciam para tornarem-se os civilizadores do mundo. A

religião cristã era vista como o guia da humanidade, a qual a energia germânica daria uma nova força. “A raça dos árias, entre todas as outras privilegiadas, terá sido o principal instrumento dos desígnios de Deus sobre os destinos dos homens terrestres” (PICTET *Apud* POLIAKOV, 1974, p.247). É por essas considerações espirituosas que não podemos considerar que a ciência tenha sobreposto completamente a Razão à Providência divina. O racionalismo científico pode ter tido concepções materialistas e anticristãs, mas suas ideias estão longe de assim serem caracterizadas como um todo.

À exemplo da relação científica com as concepções espirituais do homem, Poliakov destaca uma passagem do discurso proferido por Schaafhausen, anatomista conservador, no Congresso dos naturalistas e médicos alemães em 1866, que dizia não estar a ciência de seu tempo em contradição com a moral, nem mesmo contestava o espírito no homem, nem Deus na Natureza, não tendo assim intenção de tirar do homem este consolo que encontra sua fé na imortalidade da alma (*Ibidem*, 1974, p.268). Ideias de que os germanos eram representantes do “belo ideal da natureza física do homem” e haviam se espalhado pela Europa, sendo autorizados pela natureza a subjugar as raças que formavam o Império Romano (*Ibidem*, 1974, p.211), figurava entre o pensamento científico, e denotam o aspecto sagrado e divino do homem em que as concepções e formulações da antropologia se baseava (*Ibidem*, 1974, p.133).

Porém, no fim do século XIX, parcialmente sobre a influência do evolucionismo, propício às concepções monogenistas, todas as superstições começavam a dissipar-se no mundo científico (*Ibidem*, 1974, p.273). Mas, a tese da “especificidade judaica” nem por isso foi abandonada, sendo mantida com a ajuda de outros argumentos. Nota-se que o movimento das ideias e a evolução dos métodos científicos eram marcados por uma dupla e contraditória tendência: a proliferação e a especialização dos conhecimentos se multiplicavam e alargavam os espaços interdisciplinares, com novas ciências do homem, constituídas de maneira autônoma, e; a revolução darwiniana ligava o homem à natureza de forma espetacular e carnal, sem que a hereditariedade perdesse sua onipotência (*Ibidem*, 1974, p.274).

Assim, no que se refere ao mito ariano, concordamos como Poliakov quando este diz que “a indomania seria nessa perspectiva psicanalítica, e no contexto histórico dado, a expressão, literária e política, do desejo inconsciente de suprimir o julgo social da lei e da cultura, prevalecendo-se dos direitos, exigências ou decretos de uma Natureza semanticamente equivalente” (*Ibidem*, 1974, p.183). O mito ariano surge com o iluminismo e

repousa desde seu início sobre uma “obscura pré-história secular”, e considerações sobre sua teoria, ainda no século XX influem nas ciências. Poliakov considera que engajamentos análogos não deixaram totalmente as ciências do homem (1974, p.109), tendo um pseudo-cientificismo moldado o mito ariano e o indo-germanismo, e o aperfeiçoando na alteridade, estereotipando os povos semitas, e formulando concepções espirituosas, para além do caráter biológico racial, sobre as origens e a essência dos homens. É nesse contexto que o termo ariano surge, mas perde no século XX seu sentido inicial (POLIAKOV, 1974, pp.175-176). O mito ariano é, portanto, a evidência de que o iluminismo ao conceber a ciência, aspirações filosóficas e/ou místico-políticas trabalharam em prol da sua verdade durante todo o século XIX, e metade do século XX – como analisaremos mais adiante neste trabalho - sobretudo com o determinismo racial, base do racismo moderno.

1.2 Arianismo e o mito nazista

A reflexão sobre a relação existente entre o mito e a questão da identificação foi feita na tradição alemã como via para resolução do problema da necessidade de construção da identidade alemã, desde o século XVIII. O idealismo alemão especulativo e a filologia romântica - da última década do século XVIII - levam a um modelo histórico novo, inédito, que se opõe à Grécia neoclássica, mas que autorizou uma identificação da Alemanha com a Grécia, na busca de uma identidade original que não viesse da França nem da Itália, com uma identificação da língua alemã com a língua grega. “A essência da língua grega original, do *mythos*, é ser, como a língua alemã, capaz de *simbolização*, e, desse modo, capaz de produzir ou de formar ‘mitos condutores’” (LACOUÉ-LABARTHE e NANCY, 2002, pp.32-42). Essa identificação se junta com a mitologia germânica e o mito ariano para construção do mito nazista. Assim, ela não passa pelo retorno aos antigos e sim pela construção de um mito, que Ginzburg diz haver sido um “acordo preestabelecido entre passado e presente” e que é responsável pela originalidade alemã (GINZBURG, 1986, p.185). O mito e a tradição alemã se juntam a fim de resolver o problema da nacionalidade, vista como importante para a afirmação nacional. A identidade pretendida busca construir uma originalidade, que encontra no mito ariano a essência para essa diferenciação das outras culturas e tradições, e que virá a corroborar com os objetivos políticos do nacional-socialismo.

A unificação alemã, produto da guerra franco-prussiana, junto à visão dos germânicos como portadores da cultura científica, promoveu a exaltação nacionalista na Alemanha, confluindo com as velhas tendências germanomaniacas e o novo dever patriótico, caracterizado como um patriotismo de raça, mais energético que o patriotismo ordinário (POLIAKOV, 1974, pp.249-250). O patriotismo alemão buscou uma identificação baseada no sangue e na terra. O sentido e a genialidade, artística e cultural - os quais os alemães se diziam portadores -, tendo em vista o embasamento positivista e racial, dava ao nacionalismo alemão um aspecto parcialmente cientificista.

Um exemplo da rivalidade provinda pela a afirmação nacionalista é a negação da teoria racial de Rudolf Virchow (1821-1902), que buscou provar que uma imigração ariana teria encontrado na Europa uma população aborígene e teria se mesclado com ela, opondo, assim, os arianos - loiros e dolicocefalos – aos indígenas (aborígenes) – morenos e branquicefalos¹ de origem turaniana, característica dos povos ditos atrasados, tais como lapões, os finêses ou fino-eslavos e bretões². A negação desta teoria serviu de justificativa para fundamentar a dinastia dos Habsburgos e a dos Hohenzollerne exaltando a honra germano-ariana da Prússia, a qual deixava os patriotas inquietos sobre a “invasão eslava”. (*Ibidem*, pp.251-254). Os franceses com ódio político, sem fundamento científico, passaram a afirmar que os arianos primitivos eram um povo pequeno e moreno que arianizou a raça grande e loira. Tanto franceses quanto alemães proclamavam os arianos primitivos como sendo seus antepassados, reivindicando para si a pureza de sua raça e dizendo pertencer seus inimigos hereditários a uma raça de indígenas selvagens, subordinadores dos resultados da Ciência em favor próprio (TAYLOR *Apud* POLIAKOV, 1974, pp.254-255).

Os arianos acabaram sendo “domiciliados” entre 1871 e 1914 na Alemanha, mas isso ocorreu à sombra da Ciência, pois os cientistas do fim do século XIX afirmavam sinceramente que não tinham esperança em encontrar os antepassados dos europeus na Índia, e até que a raça ariana não existia mais. Toda dúvida e escrúpulos foram encobertos pela escola de pensamento que se impôs na Alemanha no século XX, remontando aos germanos pré-históricos todos os povos civilizados, os gregos, os italianos, entre outro até os antigos troianos (POLIAKOV, 1974, p.256). O cientificismo é pensado nesse momento para reforçar

¹ Índice cefálico pensado pelo cientista sueco André Retzius, por volta de 1845, para a ciência craniológica. Ver em POLIAKOV, 1974, pp.251-254.

² A teoria de Rudodolf Virchow foi negada após o exame feito por professores primários na Alemanha, Áustria, Suíça e na Bélgica, com crianças, com exceção das judias e estrangeiras, foi constatado o contrário: os finêses eram loiros numa proporção maior do que os supostos descendentes arianos.

a afirmação nacionalista, e mesmo sem um empirismo pleno, serviu o arianismo de exaltação do aspecto civilizatório e cultural germânico.

Antes de ser apropriada pelo nazismo, a teoria ariana situava-se na linha reta do progresso científico, parecendo corroborada pelos fatos linguísticos, proposta por orientalistas e mitólogos germânicos. A partir de 1890, começa a ser contestada, passando então das mãos dos cientistas às dos demagogos, até tornar-se finalmente a doutrina dos oficiais do III Reich (*Ibidem*, pp.326-327). No entanto, não somente demagogos levam em consideração a teoria ariana. David B. Dennis, em seu livro *Desumanidades. Interpretações nazistas da cultura ocidental* (2014), ao examinar a relação das doutrinas do partido nazista com a tradição ocidental das humanidades ou cultura, analisando o jornal *Völkischer Beobachter*, um dos meios de propaganda mais importantes do partido nazista, identifica que “acadêmicos”, notáveis professores ou ao menos filiados a alguma instituição acadêmica, foram colaboradores ativos na politização, nacionalização e nazificação das artes (DENNIS, 2014, p.572), antes e após a subida do partido ao poder. A discussão cultural pretendia reviver a confiança do povo (*Volk*) e sua fé nos altos méritos da Alemanha que estavam enfraquecidos. Admitir que os promotores do nazismo pudessem pensar com firmeza que estavam realizando uma revolução, de ordem cultural e espiritual, como propõe Dennis, permite ver que os pilares fundamentais da “política cultural” (*Kulturpolitik*) nazista se baseava nas tensões preexistentes e cada vez mais populares da história intelectual alemã que remontam a meados do século XIX (*Ibidem*, p.565).

Em 1900, as cidades da Alemanha e da Áustria, com o enchimento da população com o fluxo de trabalhadores por conta da Revolução Industrial, centros de comércios e de vida aristocrática, tornam-se favelas industriais. Gritos de democracia e socialismo ameaçaram o poder tradicional da elite governante. Para a aristocracia alemã na primeira década do século XX o novo mundo parecia perturbado e caótico, o sentimento de nostalgia fez com que o passado fosse visto como mais harmonioso, organizado e espiritualizado. Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes ao impor condições punitivas à Alemanha - tirando-lhe áreas industriais importantes, reduzindo o exército alemão e a fazendo pagar pesadas compensações mesmo estando a sua economia a beira de um colapso - conteve a autoridade da nova República de Weimar, transformando-a num campo de batalha entre conservadores monarquistas e republicanos. O poder político na Alemanha ao passar para as mãos de uma nova classe de industriais e banqueiros, ameaçando a hierarquia, incomodou a aristocracia conservadora. Os conservadores se colocaram, assim, em posição de

defesa dos seus poderes, remontando as tradições germânicas, e dando novo sentido e força a estas incorporando aspectos do mito ariano para negar o mundo moderno embasado na economia capitalista. Por via cultural, barravam os elementos que promoviam o distanciamento da tradição alemã, julgando serem responsáveis pelo declínio alemão, derrota na guerra, e mudança da antiga ordem política.

Ideias revolucionárias, socialistas e republicanas eram divulgadas nas maiores cidades, e aderidas por trabalhadores e soldados. Os nacionalistas e monarquistas, por sua vez, formaram milícias privadas para mobilizar uma contra-revolução contra estes domínios no campo das ideias. À originalidade identitária somou-se a nacionalidade alemã conservadora que o nacional-socialismo alemão construiu, que via os mitos como elementos importantes no papel da educação da sociedade, podendo impor modelos ou tipos a serem imitados, e como meio para fazer com que o povo se apropriasse e identificasse com a mitologia nórdica e o arianismo, através de uma cultura puramente alemã que negasse as mudanças trazidas pela República, e restabelecesse uma política centralizada.

A apropriação feita de símbolos místicos e das teorizações filosóficas sobre a raça ariana pelo nazismo e a existência de sociedades teuto-austríacas expõe a maneira com que o misticismo e as mitologias nórdicas estavam comprometidas com o resgate romântico da antiga mitologia germânica. Um exemplo é a federação folclórica, a *germanenbund* – inspirada nos escritos de Guido von List, místico austríaco que dizia ser iniciado nos segredos das tribos teutônicas –, organizadora de festivais, e fundadora de um calendário germânico, que resgatou rituais antigos e conclamou por uma unidade de uma nação espiritual germânica.

A Sociedade Thule, loja maçônica de Munique da ordem nacionalista e anti-semita alemã, dedicada aos ensinamentos de Guido von List, é uma das envolvidas, e uma das organizadoras da contra-revolução nacionalista conservadora. Outra organização, que também misturava o misticismo ariano e o resgate da tradição nórdica é a *Germanenorden*, fundada em 1912, que nos anos 20 se dedicou aos ritos arcaicos e a criação de um império ariano, atraindo a simpatia de nobres da alta sociedade alemã. Seu caráter anti-semita e antidemocrático, exigia de seus membros, e suas família, a prova de sua pureza ariana. Nesse contexto político, está a origem do partido nazista: um grupo secreto de discussão dos trabalhadores patrocinado por esta organização. Em 5 de janeiro de 1919 esse grupo tornou-se o Partido dos Trabalhadores Alemães em uma taverna em Munique, e em 12 de setembro do mesmo ano, após a entrada de Adolf Hitler, mudou de nome para Partido Nacional Socialista

dos Trabalhadores Alemães (Nazionalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei - NSDAP), adotando 1920 a suástica como símbolo oficial do partido, e representando a criação, o destino místico do homem ariano: “Na suástica temos a missão de luta pela vitória do homem ariano”. Para Hitler e para o partido, descrito no *Mein Kampf*, “a missão não foi dada pelo um superior mundial, mas pelo Deus que criou a nossa nação”³.

Pouco antes de deflagrada a grande guerra, Guido von List incorporou algumas das concepções dos ensinamentos ocultistas de Helena Petrovna Blavatsky à sua própria mitologia alemã, deixando de se referir às tribos germânicas ou teutônicas antigas, que povoavam suas visões, passando as denominar como arianas. No entanto, desde o fim do século XIX, Blavatsky, escritora russa, que após um longo período de viagens por todo o mundo em busca de conhecimento filosófico, espiritual e esotérico fundou a Sociedade Teosófica, ensinando uma doutrina a qual concebia os arianos como a raça de maior evolução espiritual. Sua doutrina fala sobre sete estágios da evolução humana, chamados de raças-raízes. Os arianos seriam a raça que recomeçará a subida da escuridão para a luz do espírito, a quinta raça que teria evoluído dos atlantes e evoluiria para deixar de ter corpo físico (BLAVATSKY, 2013, p.464).

Considerações sobre a raça ariana desenvolvidas no ocultismo de Blavatsky, foram apropriadas, em parte, por Guido von List, se espalhando, no final dos anos 20, pela Europa, e dando ao arianismo uma nova feição, especialmente ao uso deste pelo nazismo, ao cruzar considerações sobre os arianos e a mitologia germânica. Entretanto, a Teosofia, enquanto doutrina filosófica, ao tratar da evolução espiritual e da história mística da humanidade, se distancia por completo do sentido dado pelo nacionalismo alemão à raça ariana. Isso fica claro na passagem do terceiro volume da *Doutrina Secreta*, de Blavatsky, de 1888: “[...] a Filosofia Esotérica ensina um poligenismo modificado [...] que assina à espécie humana uma unidade de origem, porquanto seus antepassados ou “Criadores” eram todos seres divinos [...]. As raças arianas [...] variam desde o moreno carregado, quase negro, e do amarelo-escuro-vermelho, até a cor creme mais pálida, não deixam por isso de pertencer todas ao mesmo tronco, a Quinta Raça-Raiz [...]” (*op. cit*, pp.267-268). Os Vedas e a cabala fazem parte da fundamentação da doutrina e não devem passar despercebidos quando à definição da raça ariana para os teosófos. A apropriação feita por Guido Von List vale ser ressaltada para que

³ HISTÓRIA OCULTA DO TERCEIRO REICH. Dirigido por Dave Flitton. Brasil: USA Filmes, s/ ano. 1 DVD, v.10 (153min), color. Título original: The occult history of the third Reich.

esse ensinamento esotérico e sua abordagem espiritualista, não sejam diretamente relacionadas com o arianismo da ideologia nazista e nem com o racismo moderno.

O evolucionismo racial, cientificista, junto à hereditariedade forneceram explicação para as diferenças culturais, ascensão e queda das civilizações, história, conquistas artísticas de uma nação, coragem na guerra, temperamento, e até mesmo vida espiritual. Tudo visto como legado da raça, que estando ligada ao sangue, rompeu a tradição do reconhecimento da identidade através da língua. O mito tornou-se o sangue e o solo de onde ele saía. Em relação à Alemanha, esse rompimento com a tradição, segundo Lacoue-Labarthe e Nancy, se justifica com: (i) o problema da unidade material, territorial e estatal alemã (o solo como natureza imediata da Alemanha); (ii) o reconhecimento do mito ariano por outros territórios linguísticos, buscando-se nele outra identidade além da língua; e (iii) o fato da língua pertencer ao elemento universal, enquanto o sangue é a seleção natural, a “vontade da natureza” - que é vontade de diferença, de distinção, de individuação (LACOUÉ-LABARTHE e NANCY, 2002, pp.55-57).

Visto que o arianismo se encontra diretamente relacionado à ideia cultural e civilizatória, o mito ariano legitima a condução da cultura pelos alemães nacionalistas conservadores como forma de impedir, por exemplo, que o valor artístico “modernista” encontre espaço na visão de *Kultur*, evitando assim que esta se torne produto da influência estrangeira, não possuidora do “espírito alemão” ou simplesmente não-ariana.

A compreensão da identidade alemã nos séculos XIX e XX mostra que as belas-artes tinham um papel crucial no desenvolvimento do simbolismo dessa nação moderna. A política alemã e a alta cultura penetravam uma à outra: filosofia, literatura, pintura, escultura, arquitetura e música vieram a ser percebidas como símbolos de atitudes políticas. Na área da “cultura nazista” os líderes culturais e algumas organizações colaboraram na produção da propaganda estatal e do partido. Desta maneira, antes e após a subida do partido ao poder na Alemanha, as obras de arte, literatura e música foram interpretadas e utilizadas como ferramenta da política nazista. Em seu estudo mencionado anteriormente, Davis Dennis ressalta essa politização da cultura, além de constatar sua recepção cultural nos círculos políticos da Alemanha, e como as formas artísticas foram associadas ao desenvolvimento sociopolítico, manifestado com frequência nas respostas do público (DENNIS, 2014, pp.21-23).

As publicações do jornal *Völkischer Beobachter* – objeto central do estudo de Dennis – mostram como os nazistas e seus seguidores buscaram fundamentar suas propostas tendo como referência a história cultural e intelectual. O partido nazista tentou convencer seus leitores de que o nazismo oferecia não somente a renovação política como um avanço cultural, fornecendo “explicações plausíveis sobre o que acontecia no mundo” (HERF *Apud* DENNIS, 2014, p.34). O caderno de cultura do jornal sustentou imagens histórico-culturais idealizadas para os leitores alemães para que pudessem perceber como eles foram grandes e eram capazes de ser mais uma vez. Em uma era de confusão e relativa desorientação depois da derrota militar de sua nação e do colapso econômico, eles foram apresentados às representações idealizadas do que era melhor sobre eles mesmos e o que era pior em seus inimigos. Entretanto, o caderno de cultura apresentava as razões mais idealistas para perseguir as metas dos nacional-socialistas. O NSDAP era tido como parte de uma bela e duradoura tradição que era perfeitamente consistente com a mais alta expressão da *Kultur* – o suposto lugar dos alemães na cultura ocidental (DENNIS, 2014, p.35).

A politização das artes possuía um caráter nacionalista exaltado, entretanto, alguns autores, músicos e artistas estrangeiros, relevantes para a ideologia nazista, como é o caso de Chamberlain e Händel, foram aceitos como possuidores do “espírito alemão”, o que significa um aspecto sutil, além somente do pertencimento enquanto homem de um território, mas legitimado pela sua origem ariana. A legitimação do mito nazista parte da construção de uma história cultural nova e a experiência produzida por esta, através da crítica de intelectuais e artistas, que também tentava forjar meios para a experiência dessa “criação”, proporcionando ao povo a experiência do pertencimento dessa nova Alemanha, que diziam se “regenerar”, preservando a raça ariana.

O processo de legitimação ideológica, portanto, não só ocorreu a partir da continuidade entre a mitologia germânica e as orientações políticas, militares e intelectuais, como propõe Ginzburg (GINZBURG, 1986, p.187), uma vez que também houve a criação de uma história cultural. Esse processo também se pauta na construção de um mito e na experiência desse mito para que o ideal proposto por ele se tornasse real. Ideal particularmente alemão, que se valendo de concepções do mito ariano limita a realização a sua nação e a um padrão físico, na qual designa como raça ariana, e expande a aceitação artística a nível espiritual.

A raça é vista como a identidade de uma potência de formação, de um tipo singular, portadora de um mito (LACOUÉ-LABARTHE e NANCY, 2002, p.52). Segundo Lacoue-Labarthe e Nancy, a raça é antes de tudo o princípio e o local de uma potência mítica. O mito, ou o sonho, tem por natureza e por fim a encarnação em uma figura ou em um tipo, o qual é a realização da identidade singular que o sonho porta. É ao mesmo tempo o modelo da identidade e a sua realidade apresentada. A verdade do mito, segundo os autores Lacoue-Labarthe e Nancy, está vinculada à crença nele, uma crença total na figura sonhada para que o mito torne-se real. É aí que o nacional-socialismo se vale da imposição simbólico-mística como técnica eficaz e como medida de verdade, que faz da propaganda de massa instrumento de indução do povo à crença (*Ibidem*, pp.50-51).

Essa construção do mito, teórico e filosófico, que assume um modo de alegoria, sendo resultado de um processo dialético, que não separa a saída estética da saída teórica, pode ser vista através da arte, do teatro e o drama musical alemães, ao buscarem um processo de identificação, que aponta para o objetivo político do partido nazista, que passa a exigir uma “obra de arte total”, uma totalização que abraça o estético e o político, fundindo política e arte (*Ibidem*, pp.42-45). No cinema também veremos isso, com os filmes de propaganda do partido e sua “técnica” ordenada e bem direcionada⁴. No jornal *Völkischer Beobachter*, que Dennis mostra ser um dos meios de propaganda mais importantes do partido nazista para essa construção teórica e filosófica, pode-se ver que o mito nazista, que Lacoue-Labarthe e Nancy teorizam, se faz todo um destaque às artes e às concepções de uma história cultural propriamente “ariana”.

Nesse sentido, o nacional-socialismo pode ser considerado possuidor de “seu próprio movimento, a sua própria ideologia e seu próprio Estado, como a realização efetiva de um mito, ou como o mito vivo” (*Ibidem*, p.47) - esse ponto de vista de Lacoue-Labarthe e Nancy coloca em questão o “movimento espontâneo com que os chefes e a massa alemã, depois de eliminar as arquiteturas estrangeiras, fundiram naturalmente sua ação e suas reações em moldes sociais e místicos cuja conformidade com as mais antigas organizações, as mais antigas mitologias dos germânicos nem sempre conheciam” que Ginzburg, citando Dumézil, se refere (GINZBURG, 1986, p.185), o que denota uma não intencionalidade do nazismo na identificação das massas com o mito ariano e a mitologia germânica.

⁴ Ver o Capítulo II.

A intencionalidade do nazismo na identificação das massas se faz presente em toda sua ideologia, e pode ser claramente reparada em *Mein Kampf*, quando Hitler fala que “uma ideia não pode dominar as hipóteses sobre a origem e o destino da Humanidade, visto que a mesma ideia só depende do homem” (DENNIS, 2014, p. 277), o que deixa claro o conhecimento sobre a função da propaganda ideológica nazista. Esforços publicitários manifestados em um discurso de alta cultura direcionado pelo *Völkischer Beobachter*, por exemplo, buscavam atingir o maior número de leitores do jornal. Essas publicações e esforços “servem de exemplos da propaganda em ação, uma fusão entre teoria e prática que lança uma importante luz na mentalidade nazista” (WELCH *Apud* DENNIS, 2014, p.32), mais precisamente, o que os nazistas gostariam que a mentalidade alemã fosse (DENNIS, 2014, p.32). O direcionamento do jornal deixa claro a intenção de formação de uma opinião pública promovendo o movimento nacional-socialista e seus postulados como pertencentes à tradição de auto-aperfeiçoamento (*Bildung*), parte crucial da identidade nacional (DENNIS, 2014, p.33). As interpretações das artes e da literatura foram ajustadas para uma função política educacional: “mitos e heróis foram todos relevantes para o que Hitler chamava de ‘influência mágica’ da sugestão para as massas; a construção de mitos e heróis era uma parte fundamental do ímpeto cultural nazista” (MOSSE *Apud* DENNIS, p.33).

O mito é também construído através de sua alteridade, através do Outro que se diferencia do Eu-ideal. No caso do nacional-socialismo, o princípio do *tipo ideal*, ou sonho, como identidade singular, e como efetuação do mito, revela que o Judeu é o tipo defeituoso, é a não realização do sonho idealizado. Ele é o homem do universal abstrato, oposto ao homem da identidade singular concreta (LACOUÉ-LABARTHE e NANCY, 2002, p.53). Os tributos do *Völkischer Beobachter* indicam um destino alemão que manifestaria ideais baseados no passado, enquanto, ao mesmo tempo, eles categorizavam outros como obstáculos para a concretização desse futuro – rotulando-os assim como maus e marcando-os para serem destruídos (DENNIS, 2014, p.574).

É através desse recurso à particularidade do mito é que se busca sustentar o nazismo: através da identificação do outro, das outras raças, especialmente da raça semita, que o mito se realiza. Esse ato de fé é realmente um ato, a relação “mística” com o mito é da ordem da experiência vivida. Daí também a necessidade da alteridade (antisemitismo) para reforçar essa realização.

O mito em si envolve prática e teoria, onde estas são inerentes, não se separam, e a lógica do mito é a lógica da auto-efetuação, o que está voltado para a construção e conformação do mundo (LACOUÉ-LABARTHE e NANCY, 2002 pp.61-62). O mito é construído com o propósito de criar uma nova realidade, que Ginzburg destaca quando afirma que a ideologia não volta ao primeiro plano, não imita os antigos germanos como propõe Dumézil no livro *Mythes et dieux des Germains*, Paris, 1939 (Apud GINZBURG, 1986, p.191). Segundo o pensamento nacional-socialista, toda a inovação cultural no ocidente era produto da raça germânica, descrita ora como alemã, ora com ariana ou nórdica. Seguindo essa linha de pensamento, os nazistas trabalhavam para mostrar que os grandes pensadores e artistas eram de origem alemã ou nórdica ou tinham esse “espírito” de fundadores da cultura (DENNIS, 2014, pp.42-43).

Foi por meio da propaganda que o nazismo construiu a ponte entre a teoria e prática. Treinando seus seguidores em formas populares e ritualizadas, os princípios ideológicos tornaram-se liturgia em ação (DENNIS, 2014, p. 42). A “experiência mística” é essencial para o mito se tornar verdadeiro. Daí que surgem os símbolos da ordem mítica – uniformes, gestos, paradas, entusiasmo cerimonial – assim como os movimentos de juventude ou as associações, que encarnam a finalidade da *Erlebnis* (experiência vivida), a realização do sonho (LACOUÉ-LABARTHE e NANCY, 2002, pp. 54-55). Busca-se, assim, produzir um ato de fé através da experiência, a qual tem o objetivo de integrar os indivíduos à projeção do mito e o realizar a partir do reconhecimento deste enquanto identidade.

O resgate cultural alemão se relaciona pelo lado da mitologia germânica às sociedades masculinas, à sociedade guerreira, à militarização, e pelo lado indo-europeu às origens, ao criacionismo, à raça ariana, a lógica da nação. O mito nazista pode ser visto, como Lacoue-Labarthe e Nancy propõem, como aparelho de identificação voltado para construir uma identidade original para a Alemanha, que utiliza, não só a ideologia racista para construí-lo. Sua experiência se dá através do processo de simbolização que o nazismo constrói através de símbolos do nacional-socialismo, propagandas, “rituais políticos” do Estado, e a exaltação do inimigo judeu. Esses elementos tornam o mito real e integram o povo como parte da realidade do mito.

A ideologia nazista possui uma conjuntura cultural que envolve conceitos contemporâneos “científicos” de esclarecimento místico-religioso que se aplicam a um retorno ao passado para legitimar sua visão de mundo. Por isso o partido se torna único,

porque ele não se trata de uma escolha política, mas sim de uma necessidade da criação, do sangue criador. “Ela [a necessidade] também deve ser o objeto de uma crença e funcionar como uma religião” (LACOUE-LABARTHE e NANCY, *op. cit.*, p.63). Esse despertar das massas para uma crença é que insere o hitlerismo no contexto de exploração lúcida da disponibilidade das massas modernas ao mito. “A manipulação das massas não é apenas uma técnica: ela é também um fim, se, em última instância, é o próprio mito que manipula as massas e nelas se realiza” (*Ibidem*, pp.63-64). Ou como afirma Norbert Elias (1997), “uma religião social, mantida e operada pelo Estado”, na qual o mito ariano – e sua divulgação nos meios de propaganda nacional-socialista – era parte fundamental.

1.3 O nazismo como religião política

Conforme afirma Eduardo Schmidt Passos, a religião e a política decorrem de um fundamento comum que é a experiência da ordem. A ordem é a “estrutura da realidade como experienciada pelo homem, bem como a sintonia entre o homem e uma ordem não fabricada por ele, ou seja, a ordem cósmica” (PASSOS, 2012, p.02). Nesse sentido, interpretações do totalitarismo como um fenômeno político que tenta invadir o campo religioso tornaram-se comuns desde o final dos anos 20, dentre as quais pode-se destacar alguns autores que trabalharam com a concepção de religião política, como forma de entender a dimensão que o nazismo abrange. Pode-se afirmar que o argumento em comum da relação entre totalitarismo e religião parte da premissa de que “por apropriar o direito de definir o significado e causa final da existência, o estado totalitário foi obrigado a ocupar a dimensão religiosa [...]” (GURIAN *Apud* GENTILE, 2006, p. 63).

O filósofo alemão Eric Voegelin, em sua obra *As Religiões Políticas*, publicada em Viena, em 1938, adotou o termo “religião política” extensivamente para definir várias formas de sacralização do poder, do estado e da política, do mundo clássico aos tempos modernos. Voegelin pretendia explicar as manifestações religiosas dentro do estado, julgando ser possível compreender a verdadeira dimensão espiritual dos movimentos totalitários do século XX. Para ele, existia um substrato religioso e metafísico na ideia do estado que deveria ser considerado na análise dos problemas relativos à ordem da sociedade, o que, a seu ver, incapacitava a ciência política de seu tempo de compreender as motivações espirituais que animavam os movimentos totalitários. Sua análise marcou seu combate pessoal contra o nacional-socialismo e demais movimentos totalitários da época, criticando a ciência política por ter estreitado seu campo de análise, restringindo a realidade a ser analisada apenas aos fenômenos do estado, sua ordem jurídica e de suas instituições, não tendo a capacidade de compreender certos fenômenos como a relação entre política religião, renegando, assim, os problemas espirituais a um plano secundário. Voegelin elaborou uma distinção entre dois tipos de religião: as pseudo-religiões, que localizam o *ens Realissimum* (o ser mais real) dentro do mundo, numa raça ou classe social, e; as verdadeiras religiões, que localizam o *ens Realissimum* no plano transcendental. As pseudo-religiões seriam responsáveis por deformar e desordenar as instituições e a realidade política, ao se apropriarem de símbolos transcendentais como representação da ordem mundana, como fez a ideologia nazista, dotando-os de novos significados. (VOEGELIN *Apud* PASSOS, 2012, pp.01-02)

Raymond Aron, por sua vez, em 1939 escreveu que se vivia uma “era de religiões políticas”, pelo fato dos homens lutarem entre si por causa dos seus interesses conflitantes e “interpretações metafísicas rivais” ou, mais corretamente, “dogmas”, existindo uma necessidade para que “suas ações e sacrifícios sejam justificados por um valor absoluto”. Insistiu que os aspectos místicos e religiosos explicavam o sucesso dos movimentos totalitários alcançado entre as massas. Considerava que as religiões políticas eram uma parte integral do sistema totalitário, em que a moderna forma de tirania concebida era resultado das suas próprias necessidades, combinando entusiasmo e fanatismo religioso com cinismo demagógico, construindo a fascinação do mito nas celebrações deste enquanto religião, e combinando racionalismo e irracionalismo, que Aron considera ser o núcleo original e essencial do totalitarismo. As religiões políticas são consideradas, portanto, religiões seculares, por serem percebidas como doutrinas que tomam o lugar da fé desaparecida nas mentes contemporâneas e apresentarem uma posição de salvação da humanidade, sob um tipo de ordem social ainda a ser criada. Segundo Aron, a formação das religiões seculares se origina das necessidades existenciais do homem moderno, desorientado e isolado no mundo da burocracia e da modernidade anônima, e sem os pilares tradicionais da fé e autoridade (ARON *Apud* GENTILE, 2006, pp.57-60).

Frederik Voigt, em 1938, considerou que o marxismo e o nazismo eram diferentes versões do “messianismo moderno”, o formador racionalista e depois, mais tarde, irracional, mas ambos unidos pelo mito do Mal e com o objetivo de assegurar o triunfo definitivo do Bem. “Ambos soam messiânicos e socialistas. Ambos rejeitam o conhecimento cristão, que todos estão sob o pecado, e ambos veem no bem e no mal princípios da classe e da raça. [...]” (VOIGT *Apud* GENTILE, 2006, p.65).

Sigmund Neumann, em 1942, afirma que o partido ditatorial moderno tem um caráter semi-eclésiástico, por estar ligado a concepções espirituais, e ter instituições de propaganda voltadas para a propagação da fé. “O partido é um proclamador da fé, uma fé que penetra todos os aspectos do destino humano e alcança a região do absoluto. [...]” (NEUMANN *Apud* GENTILE, 2006, pp.66-67).

Tomando como exemplo o nazismo, a religião política, por ser produto da sacralização do poder, justifica a política e a cultura na preservação da tradição alemã e em um misticismo pseudo-religioso, que pretende criar uma realidade dependente da crença nas suas formulações, para por em prática não somente os objetivos imperialistas do Estado, mas

propagar e gerir a experiência das massas através do mito, se legitimando através da adoração e sacralização dessa experiência. O conceito de religião política consiste, portanto, em também afirmar a importância das massas na legitimidade e sucesso do poder totalitário

Emilio Gentile, no livro *Politics as Religion* (2001), ao considerar “religião política” para definir os movimentos totalitários no pós-Primeira Guerra Mundial, argumenta que a crise das fundações racionalistas da democracia parlamentar levou ao renascimento de uma “metafísica da política” que se manifestou na nova fé político-religiosa que deu origem ao fascismo, nazismo e comunismo russo, os quais seriam produtos de uma secularização acompanhada pela deificação das entidades terrestres, rompendo a democracia liberal na Alemanha com a renovação dos conceitos políticos. O processo de secularização teria sido continuado nos estados totalitários que se formaram, como foi o caso do nazismo. A separação dos poderes da Igreja e do Estado, não faz com que o Estado torne-se laico completamente, por isso Gentile afirma que o nazismo tratou as realidades temporais com um apreço aproximado aos apreços religiosos.

A mística da política no estado totalitário, que une espiritual e temporal, pode levar a conclusão errônea de que a existência da comunidade do nacional-socialismo é anticristã, se não observado a relação entre Estado nazista e cristianismo no que se refere a maneira que o este foi reinterpretado pelo mito do Estado para configurar a experiência totalitária. Afirmar que a adaptação da antiga religião germânica foi revivida e adaptada como uma forma de novo paganismo anticristão, como faz Gentile (2006, p.38), nega a fé cristã, a ideia de “cristianismo positivo” que o mesmo concorda. Gentile considera que existe características em comum entre o Estado nazista e a igreja, oponentes e apoiantes ao mesmo tempo. No entanto, ao definir que há uma construção de um novo paganismo anticristão, desconsidera as mencionadas características apoiantes.

Cabe observarmos que o cristianismo positivo está diretamente ligado à ideia racial, e configura como um aspecto que favorecia fundamentar a religião política do estado e direcionar a sociedade patriarcal à experiência promovida por esta. A orientação política nacional-socialista por unir as esferas do espiritual e do temporal, assume uma postura anticristã, por ser a separação destas esferas uma contribuição do cristianismo. O determinismo racial e nacionalista acima da ideia universalista cristã, se vale dos aspectos coerentes à ideia racial para o propósito identitário na construção de seu dogma.

Wilhelm Reich, em *Psicologia de massas do fascismo (1933)*, expõe que em um decreto relativo à educação da juventude constava que “a fidelidade e a responsabilidade para com o povo e a prática tem as suas raízes mais profundas na fé cristã. [...]” (REICH, 1988, pp.110-111). Ao falar sobre as concepções aceitas do cristianismo pela política nazista, afirma que “as verdades do cristianismo” são a força impulsionadora para o ensino da “lealdade ao Estado”. Isso embasa também a continuação dada pelo Estado totalitário nazista ao processo de secularização, que deificou as entidades terrestres, que Gentile defende. Por outro lado, a rejeição do Antigo Testamento por ser judeu, assim como o internacionalismo da Igreja Católica Romana, sua pretensa substituição por uma “Igreja Nacional Alemã”, e a negação da relação do Deus judeu com a Santíssima Trindade (1988, pp.111-112) mostram os pontos de incoerência do cristianismo com a ideologia nacional-socialista.

O teólogo André Tadeu de Oliveira, no livro *Nazismo e Religião, Entre a aliança e o conflito (201?)*, sobre a interação do movimento hitlerista com o cristianismo, fala que os cristãos, uma vez alinhados ao regime nacional-socialista, revisaram muitos dos pressupostos e ensinamentos bíblicos com o objetivo de combinar a religião cristã com as bases ideológicas do nazismo. O exemplo dado é o congresso de cristãos alemães realizado em 13 de novembro de 1933 em Berlim, onde Hermann Krauser, um dos expoentes do governo, defendeu que para ser vivido na realidade alemã o cristianismo deveria ser depurado: o Antigo Testamento excluído – “com sua ética de recompensa judaica, e de todas as histórias de negociantes de gado e cafetões” – assim como as contribuições do “rabino Paulo”. Nesse contexto, Jesus seria apropriado como um líder audacioso, beligerante e, principalmente, antissemita⁵.

A solidez da fé está relacionada ao nacionalismo e a superioridade racial deixando de estar associada ao passado, a um fato histórico, colocando-se no presente. Para os nazistas, a religião deveria se enquadrar nos limites da existência racial, estando diretamente ligada, através da experiência de vida, à ação e à vida nativas de um povo e de um Estado (REICH, 1988, p.113).

O direcionamento da fé e concepção de um cristianismo positivo buscavam incorporar a comunidade cristã ao movimento totalitário nazista, afirmando a superioridade nacional e racial sobre a ideia cristã. As Igrejas e a fé cristã são consideradas como necessárias à educação e mobilização da sociedade. Porém, adentrar a dimensão religiosa cristã e manter

⁵ Resenha do livro escrita por Rayssa Gon. Disponível em: <http://www.bulevoador.com.br/2011/03/a-religiao-do-terceiro-heich/>

um controle sobre esta, não foi completamente possível, embora sua tentativa tenha encontrado apoio.

O renascimento espiritual pregado pelos nacional-socialistas tinha pouco a ver com as Igrejas Católica ou Luterana. Os esforços nazistas para fundir religião com a raça tornaram-se a maior fonte de conflito entre o Estado e as Igrejas, pois os nazistas não admitiam a noção humanitária cristã de que todas as pessoas eram iguais aos olhos de Deus. No entanto, as Igrejas partilhavam a hostilidade nazista contra o socialismo e o liberalismo secular, e aprovavam a afirmação de autoridade, hierarquia, moral e fé, o que fez os líderes nazistas agirem com moderação, para não antagonizarem os seguidores das duas principais denominações cristãs na Alemanha. Hitler, ao assinar a Concordata com a Santa Sé em julho de 1933, projetou manter a lealdade de milhões de católicos alemães, pela garantia de sua liberdade religiosa. O regime nazista fez mais concessões ao Vaticano do que qualquer governo de Weimar. A participação e frequência nas igrejas chegou a aumentar nos primeiros anos do regime. Entretanto, os pontos de conflitos entre a Igreja Católica Romana e o Estado aparecem na encíclica papal “Sobre as Condições da Igreja na Alemanha”, de 1937, onde o Papa Pio XI condenou as tentativas do Estado nazista de substituir um Deus pessoal por uma força impessoal, como o destino, e criticou a identificação de Deus com o mundo, e a deificação da raça, estado, povo ou líder (STOCKELBERG, 2002, pp.192-194).

Os protestantes alemães, por sua vez, já estavam mais inclinados à ideologia nacionalista, o que ajudou os nazistas em suas tentativas de controlar a Igreja Evangélica da Alemanha, a qual se demonstrava mais favorável a interferência e manipulação do governo. Os nacionalistas da Igreja Evangélica, conhecidos como Cristãos Alemães, eram favoráveis ao desenvolvimento de uma religião nacional especificamente alemã, que unificaria as igrejas evangélicas regionais, numa igreja centralizada, a *Reichskirche*. O repúdio ao Antigo Testamento judaico e a exclusão dos não-arianos do comparecimento aos serviços religiosos, com o “parágrafo ariano”, da Lei do Serviço Público na Igreja Prussiana, de setembro de 1935, formou uma oposição, a Igreja Confessional, que buscava defender a doutrina luterana contra a violação nacionalista de determinar o conteúdo da fé religiosa, preservando a fé luterana da deturpação do Estado nazista. A Igreja Confessional tinha grande apoio, e devido a isso os nazistas se viram obrigados a não tomar nenhuma postura radical para transformar as práticas e crenças religiosas tradicionais (*Ibidem*, pp.195-196).

Por se lançar na tentativa de manipular a fé religiosa cristã e se valer de aspectos desta, favoráveis a sua ideologia, o nazismo adentra o domínio da fundamentação religiosa, para estabelecer seu domínio político-cultural. Nesse sentido, o nazismo acaba recebendo também do movimento modernista reacionário afirmação para sua formação enquanto religião política, por esse criar uma racionalidade deificando a alma alemã. A religiosidade nacional construída com a sacralização da política estabelece a transformação da coletividade pelo sistema de crenças que tem por base um sentido e um valor intrínsecos dispostos a explicar o mundo moderno, e a aceitar a inovação técnica como meio de preservar o sangue e a tradição. Esse movimento conservador revolucionário apontava para uma estetização política que transforma o nacionalismo em uma religião secular, e que pode ser considerado como parte do processo de construção da religião política nazista.

O culto à nação, intensificado pela derrota na Primeira Guerra Mundial e pela Revolução de 1918-1919, que implementou a República de Weimar, foi um estímulo à mobilização das massas, e envolveu os cidadãos alemães na necessidade de uma nova política. Produto da divergência e oposições políticas à democracia parlamentar, a instabilidade política levou a formação de diversos movimentos, entre os quais o modernismo reacionário, que se caracterizava por conciliar a tradição alemã com a modernidade no apelo por novas políticas, que deveriam pôr fim na sociedade baseada no poder econômico, através de uma revolução cultural que devolvesse o poder a uma espécie de aristocracia. Sua maneira de identificar a necessidade da Alemanha tendo em vista seus interesses, fez com que a instabilidade política fosse tratada como uma crise, um “declínio” do mundo moderno.

Os modernistas reacionários mostravam uma insatisfação com a nova configuração política e o processo social que ocorrera na República de Weimar, principalmente após a crise de 1929. Eles defendiam a tradição alemã, e explicavam aspectos da modernidade idealizando a sociedade e sua organização, almejando a transformação para uma existência superior, produto da necessidade política diante de um mundo corrompido pelo materialismo e pelo liberalismo. Justificavam e criavam uma racionalidade e uma nova forma de cultura alternativas à cultura e à sociedade burguesas, produtos da racionalidade sem alma. Em um contexto de pessimismo, sentimento de crise e desespero cultural, conciliavam a tecnologia com posições de abstração e concretude: pensavam o desenvolvimento tecnológico como uma escalada heroica, que emanciparia o homem criativamente dos seus limites naturais, expandindo sua liberdade humana, e ao mesmo tempo viam a tecnologia como necessitada de uma “alma mágica”, decisiva para o relacionamento entre o homem e a natureza.

Oswald Spengler foi um desses intelectuais alemães do modernismo reacionário que formulou uma versão do nacional-socialismo que unia romantismo político e a mistificação da tecnologia. A originalidade de Spengler, que distinguia ele dos outros conservadores, situava-se no amálgama de um panorama do passado com uma visão de mito e símbolo que indicava a possibilidade de uma nova era de política estetizada amanhecendo no futuro, onde via os avanços da técnica moderna através dos prismas de semelhante simbolismo e transformava os fatos profanos da vida cotidiana em fatos sagrados e transcendentais (HERF, 1993, p.69).

Segundo Jeffrey Herf, Spengler conciliava sentimentos românticos e irracionistas como o entusiasmo pelo avanço técnico. Sua *Lebensphilosophie*⁶ se juntava à vontade de poder de Nietzsche para conciliar o nacionalismo e o romantismo alemães com a tecnologia, e reformular a ideia de socialismo, opondo *Zivilisation* à *Kultur*: “a *Zivilisation* é um plano de desenvolvimento social no qual os valores da tradição e da personalidade perdem a própria validade independente e precisam remodelar-se nos termos do comércio a fim de realizar-se” (SPENGLER *Apud* HERF, 1993, p.74). A *Zivilisation* estava associada ao Ocidente, aos judeus e à Inglaterra, à economia liberal e ao dinheiro. Por outro lado, a *Kultur* estava associada à alma, ao sentimento e à raça. A existência de um “espírito alemão” fundamentado a dar sentido e a guiar a política nacional alemã, em oposição ao “espírito inglês”, do dinheiro e da economia, razão do conflito de classes sociais - que para Spengler era uma contradição racial e nacional - propunha, assim, “libertar de Marx o socialismo alemão”, pois o marxismo seria um legado do materialismo e do positivismo do século XX e completamente deficiente nas dimensões subjetivas e psicológicas da vida devido ao seu racionalismo (HERF, 1993, pp.64-66). Spengler justificava sua maneira de pensar criticando a configuração e a tendência política de seu tempo, não estando ela, em sua configuração racionalista, capacitada para tratar da vida de maneira mais profunda.

O racionalismo marxista e liberal são vistos como removedores da alma, sendo necessário que o “socialismo” e as virtudes prussianas se unissem contra eles. O “socialismo” deveria substituir o capitalismo, com uma comunidade política nacional transcendendo a todos os conflitos de classe, se sobrepondo ao individualismo liberal. A aristocracia era vista como a classe que deveria estar à frente da política, e não a burguesia, por aquela compreender a essencialidade da guerra e da luta política, tendo o dever da preservação do “sangue e da tradição” com os mais modernos recursos tecnológicos (*Ibidem*, pp.71-72). A

⁶Spengler concebia a tecnologia como uma corporificação material de qualidades interiores, e não como produto do positivismo (HERF, 1993, p. 69; p.250).

aristocracia seria a condutora da política por ser possuidora de valores transcendentais – raça e sangue – e do gênio criador, capazes de darem sentido à vida alemã, e devolvê-la a alma.

Spengler e os direitistas de Weimar voltavam seu olhar para o futuro e situavam um abismo intransponível entre a razão e o sentimento, que para eles era questão da vida e da morte cultural. A construção nacional-socialista de Spengler estava em sintonia com uma revolta alemã contra o Iluminismo, intuindo “romanticamente” que as instituições políticas e culturais, organizações econômicas e formas arquiteturais eram imagens de algo interno e escondido. A alma, ou a “vida”, fazem parte de sua crença na *Gestalt*⁷ e se distingue da lei, a qual busca o domínio sistemático das leis naturais e das relações causais do mundo natural e do social. Ciência e tecnologia aparecem como um impulso faustino primordial, formando uma teoria que alcança os processos invisíveis do mundo natural e a qual possui os mesmos aspectos rituais e míticos da religião (*Ibidem*, pp.66-68).

A maneira que se fala de um irracionalismo nas concepções do modernismo reacionário e do nacional-socialismo pode ser vista como uma interpretação do caráter “sutil” baseado na raça e no sangue, que busca explicar a natureza das coisas sob a existência de uma determinação alemã, ariana, criadora de cultura. A cultura é vista por esse movimento como o meio responsável por desenvolver e compreender a religião, a política, a arte e a tecnologia e conservar a identidade alemã, e é também vista como a maneira de incitar o pertencimento nacional e sua mobilização para o estabelecimento de uma nova ordem política e social.

O modernismo reacionário foi uma força de importância na Alemanha pela debilidade do Iluminismo, pois este nunca teria ido além de certo ponto. Os modernistas reacionários, ao aprenderem a falar a linguagem da *Kultur*, da vontade, da autenticidade e da alma, contribuíram para a vitória da ideologia totalitária sobre a tradicional política de poder (*Ibidem*, pp.258-260).

O modernismo reacionário, assim como as seitas, clubes e simpatizantes, que misturavam mitos germânicos antigos e o nacionalismo moderno, trouxeram à vida alemã um misticismo político tendencialmente pagão que celebrou o culto da raça como uma manifestação ou encarnação de um Deus ariano e germânico. O movimento nazista derivou sua própria religiosidade política desses movimentos, uma religiosidade que foi fundada na

⁷ A noção de *Gestalt* é pensada como uma entidade da qual o sentido e o valor são características intrínsecas. Os gestaltistas encontram em sua categoria fundamental a possibilidade de uma concepção de natureza que supere as consequências do materialismo, isto é, a redução da riqueza da mente humana à mera ilusão subjetiva. (Cf. CHOLFE, Jonas F. *As Implicações Filosóficas da Teoria da Gestalt*. São Paulo, 2009).

deificação da raça ariana, no culto do sangue, no ódio antissemita e na idolatria de Hitler para formar um corpo nacional (GENTILE, 2006). Esse misticismo político reforçava a sacralização das políticas, principalmente a partir do estabelecimento de um sistema de crenças e das adaptações do mito ariano para a criação de dogmas e mandamentos que constituíram o mito nazista. Tais políticas investiram na totalidade da existência coletiva, com rituais e festivais para mistificar o pertencimento das massas, transformando a coletividade em “uma massa litúrgica para o culto político”, como define Gentile (2006, p.47).

A originalidade da mística política totalitária foi a “negação radical da distinção entre o espiritual e o temporal”, o qual tinha sido a contribuição essencial do cristianismo para a civilização ocidental. O estado totalitário afirmava que poderia “regenerar a alma assim como o corpo, e colocar ambos, corpo e espírito, uniformes”. (ROUGIER *Apud* GENTILE, 2006, p.65). Essa negação exercida pela política totalitária reforça a mistificação da sociedade, e é responsável por transformar o nacionalismo alemão em uma nova religião secular, sacralizando a sociedade através do mito, que pretende se afirmar na manifestação da potência criadora, a nação alemã. Neste contexto, pode-se entender o teor irracional existente no paradoxo do modernismo reacionário, que rejeitou a razão, mas aceitou a tecnologia, aclamando pela vitória de uma revolução cultural que devolveria o sentimento a um mundo ameaçado pela racionalidade sem alma. Desta forma, a interpretação da realidade por este movimento se inclinou a dotar de valor e a superestimar a cultura, mistificando a sociedade, sua política e o desenvolvimento inventivo desta como expressão da alma criadora alemã.

Dada a construção de uma visão de mundo através da mistificação política e da nova forma de cultura podemos analisar como a força do poder político fascista assumiu a aparência de entidade sagrada, e pode ser considerada uma religião política - como propõem alguns autores da época, como por exemplo Louis Rougier, Waldemar Gurian e Giovanni Amendola. A sacralização da política é a principal responsável por essa configuração, e está voltada a despertar a identificação coletiva das massas de modo que haja uma integração coletiva ao estado para que a política seja legitimada.

O mito nazista é o responsável pela sacralização política. E é também instrumento de uma nova forma de cultura para a identificação coletiva das massas. É através do mito que o poder político se justifica no plano transcendental e busca ser realizado no temporal, configurando-se como sagrado. A construção do mito nazista está ligada à sua vontade totalitária de conquistar o monopólio do poder político. Novos rituais, cerimônias, símbolos e

a reinterpretação do cristianismo sacralizaram a política nacional-socialista e o movimento de massas, legitimando o mito construído e tornando-o realidade na própria manifestação de crença da coletividade. O nacionalismo foi um impulso ao desenvolvimento do movimento totalitário nazista e contribuiu para a mistificação da política e a construção do propósito cultural revolucionário enquanto meio para preservar a tradição e a manifestação do espírito genuinamente alemão ou ariano.

A sacralização da política nazista tinha a finalidade de reintegrar as massas em um estado nacional após um período de crise e desintegração do pós-guerra, dando a elas um novo sentido de unidade e identidade coletiva. A nova organização do estado totalitário, ao concentrar poder, controlaria amplamente a sociedade com uma visão de mundo capaz de envolver o indivíduo, enquanto integrado as massas numa fé comum (GENTILE, 2006, p.48). A sacralização do Estado nazista é legitimada pelo caráter cultural revolucionário, e explica a relevância da propaganda nazista, que é voltada para a exaltação do poder do Estado como necessário à ordem, e à garantia do destino da raça.

O processo de sacralização se inicia antes mesmo da chegada de Hitler ao poder, e por ser o modernismo reacionário responsável por algumas ideias contidas na ideologia nacional-socialista, podemos considerar que a maneira que Spengler, por exemplo, teorizava a inovação técnica pode ser considerada religiosa, uma vez que tinha um anseio de revelar os mistérios do universo de Deus. A tecnologia se torna “ascética, mística, esotérica [...], até mais espiritual”, impulsionada a dominar a natureza pela alma Faustina, não permitindo o retorno do primitivismo ou à reconciliação bucólica com a natureza. A “alma mágica” da tecnologia dependia do homem criador, devendo abranger os grupos que tivesse afinidade com essa magia, ficando os mercadores e os judeus longe dela. A defesa spengleriana da tecnologia repousa em apontar-lhe a “metafísica e o misticismo” essencialmente irracionais e românticos, sem ver a tecnologia como maléfica (HERF, 1993, pp.75-76). Portanto, a mistificação da tecnologia pode ser considerada parte desse processo de sacralização, assim como o caráter cultural revolucionário, que via que a Primeira Guerra Mundial poderia continuar, e ser ganha, no terreno da crítica cultural.

Reforça-se, assim, a existência de uma lógica do nazismo que consiste na formulação de uma racionalidade que reivindica uma ciência, com a totalização e a politização do Todo, a emoção da massa coletiva e a emoção política e revolucionária (LACOUE-LABARTHE E NANCY, 2002). A fascinação dos rituais e cerimônias nazistas coletivas que Hitler celebrava

com a participação de uma multidão de homens possui um fervor religioso onde “a comunidade triunfante tinha tanto o papel ativo e passivo: o Terceiro Reich estava adorando a si mesmo” (ARON *Apud* GENTILE, 2006, p.37). A manipulação das massas configura-se como uma técnica e um fim: o mito as manipula e nelas se realiza.

A ideologia nazista propõe assim uma explicação política do mundo, uma totalidade que pressupõe um Estado-Sujeito que encontra sua verdadeira garantia na subjetividade do indivíduo, servindo este de suporte, fonte e fim da certeza e da vontade. A ideologia nacional-socialista, durante o Estado nazista, estende a sacralização às massas, uma vez que a mobilização e a expressão de adoração ao Estado é o propósito de sua propaganda e garantia de poder.

Essa experiência total que a construção do nazismo enquanto mito pretende, está de acordo com a análise de Gentile sobre a religião política no que se refere ao totalitarismo como experimento da dominação política implementada por um movimento revolucionário, que toma o poder por meios ilegais ou legais construindo um novo estado sobre um regime de partido único, com o principal objetivo de conquistar a sociedade. A concepção de totalitarismo, além de ser um sistema de poder e um método de governo e regime, também é, no sentido mais amplo possível, um processo político caracterizado pelo voluntarismo experimental de partido revolucionário, cujo principal objetivo é atuar na massa heterogênea dos governados e transformá-la numa coletividade harmônica ou num corpo político unitário e homogêneo que é moralmente unido pela sua fé na religião totalitária (GENTILE, 2006, pp.46-48).

Segundo Gentile, a percepção do fascismo por não-fascistas como uma nova religião política remonta ao momento em que se tornou poder na Europa. Havia uma inerente e necessária ligação no fascismo entre a vontade totalitária de conquistar o monopólio do poder político e a maneira a qual ele concebeu sua própria ideologia como uma religião fundamentalista e dogmática que não poderia tolerar a coexistência de outras convicções e demandas políticas. “A posse de poder não é suficiente para o fascismo: ele precisa possuir a consciência privada de todos seus cidadãos [...] faz as mesmas reivindicações como uma religião [...]” (AMENDOLA *Apud* GENTILE, 2001, p.33).

A fascinação do mito nas celebrações, a definição do bem e do mal na sociedade e do significado e causa final da existência, dotavam o partido de uma sacralidade onde Hitler, além de ser visto como um líder político, é visto como um guia. Cabe, assim, considerar a

adoração das massas e o fervor religioso que elas produzem, assim como o discurso e alegorias das cerimônias, como um messianismo moderno, conforme afirmava Voigt (1938). A menção de Deus e da providencia divina são detalhes comuns nos seus discursos em reuniões e comícios nazistas, assim como em *Mein Kampf*, onde há um apreço com relação à divindade de forças na condução da humanidade, resumida na atuação da raça ariana e na consolidação da supremacia racial desta.

O totalitarismo nazista, portanto, busca consolidar seu poder na esfera da crença religiosa. Independente de não colocar as Igrejas sobre seu poder, o mito que constrói torna a sociedade susceptível a uma religiosidade que aceita o Estado e o seu líder. O estado nazista, ao contrário do cristianismo, promovia a união do temporal e do espiritual e direcionava a manifestação da fé junto ao sentimento da raça, visando construir um movimento político único incorporado em uma comunidade ética e espiritual, sob uma filosofia heroica da vida. Por isso, pode ser considerado uma entidade semi-eclésiástica, por criticar e reformular o papel cristão para educar a nação com o propósito da fidelidade e exemplo, e promover a identificação da ideologia nazista com a fé cristã. O nacional-socialismo almejava a “experiência religiosa” ao direcioná-la ao pertencimento nacional e à representação do Estado totalitarista como condutor do progresso e do destino da raça.

A religião totalitária nazista, para alcançar seus fins, tinha, portanto, à sua disposição o mecanismo do estado moderno e todos os instrumentos providos pela tecnologia moderna, além de outros recursos: a fé colocada pelas massas em seus ídolos (GENTILE, 2006, p. 62). O nazismo pôs a fascinação do mito e a eficiência da organização à serviço da sua vontade de poder, como podemos ver, por exemplo, no cinema, com as grandes celebrações da religião nazista em Nuremberg. O sistema desenvolvido de crenças, dogmas, mitos, rituais e símbolos, que são instrumentos da sacralização das políticas nacional-socialistas para construir sua religião política encontram nos filmes do Congresso do Partido Nazista – como veremos em *Triunfo da Vontade* (1935) - não só uma forma de registro histórico, mas um meio de propagação da representação da realidade mistificada, que funciona como um convite à fé no Estado e à adoração das massas.

Para entendermos a religiosidade expressa na ideologia nazista cabe analisar também a ideia divina do destino ariano expressa por Hitler em *Mein Kampf*, e que envolve toda a exaltação das massas ao pertencimento nacional. As considerações sobre a raça e o povo alemães, assim como os filmes de propaganda do partido, nos permite melhor enxergar a

propagação da experiência de pertencimento e ordem que a ideologia enquanto religião política almeja.

2. Religião política e mito na ideologia nazista: *Mein Kampf* e *Triunfo da Vontade*

As formulações do nazismo justificam um ideal de mundo que se estende para além da “convencional” atuação do Estado. O Estado Nacional é concebido sob um idealismo nacional possuidor de um caráter semi-eclesiástico que envolve a comunidade numa fé política formada não somente pela apropriação de símbolos, rituais e celebrações, mas também recria estes a partir de uma visão de mundo nova, incumbindo às massas servir de vias de propagação de sua fé política.

Através da leitura, principalmente os capítulos 1 e 5 da segunda parte do *Mein Kampf* escrito por Hitler em 1926, podemos analisar como este concebia o partido e de que maneira considerava como deveria ser colocada em prática uma nova visão de mundo para que o nacional-socialismo do NSDAP, e seu respectivo nacionalismo, figurasse como uma doutrina inflexível e possuidora de uma religiosidade.

Da mesma forma através do cinema – no caso, um “cinema de propaganda” – é possível analisar como se deu a aceitação dos “dogmas nazistas” e como o partido fez uso da fé das massas em suas grandes mobilizações, e também os propósitos das produções do Estado e sua representação da Alemanha idealizada, triunfante, mitificada em seu propósito de futuro. Desta maneira, consideramos a importância e o significado das celebrações do partido em Nuremberg, especialmente representados no filme *Triunfo da Vontade* (1935), de Leni Riefenstahl. Esta produção, além de apresentar uma simetria e grandeza organizacional na representação da ordem e da figura do líder e sua massa de seguidores, também permite observar a apropriação de alguns símbolos e representações, denotando um considerável messianismo, almejando servir de convite para uma grande crença na coletividade que se pretendia construir. Assim, a fé política colocava-se como instrumento de conversão à religião nacional do Estado nazista.

2.1 *Minha Luta*

O nazismo almejou construir-se com uma força política que representasse e consolidasse uma visão de mundo e uma mobilização de fé coletiva nacional. A postura religiosa cristã serve de exemplo de como essa teoria deveria ser posta em prática pelo partido a fim de despertar o sentimento das massas para que o Estado-Nação fosse concebido como uma entidade mística, detentora de valores nacionais, coletivo e raciais, sacralizando seu

poder e seu propósito existencial e purificador. O desenvolvimento de um credo nacional buscou colocar o Estado acima das instituições eclesiásticas, formulando-se como uma religião política ao tornar-se porta-voz do presente e do futuro de uma comunidade alemã representada pelo seu líder, e se pautando na fundamentação religiosa para construir sua política como um dogma possuidor de fé.

Hitler se vale do cristianismo para argumentar uma teoria do mundo nacional, a qual não permitiu a coexistência com a afirmação religiosa do paganismo antigo. Entretanto, a intolerância da Igreja Católica é destacada sem considerar sua adaptação à sociedade moderna que o iluminismo impôs a sua atuação e a assimilação da cultura nórdica que teve após o fim do Império Romano. Hitler considera a intolerância religiosa da Igreja Católica Romana como responsável por estabelecer sua visão de mundo e fundamentar sua doutrina cristã. Propõe-se, assim, que a política nacional-socialista constituísse bases através da imposição de uma teoria de mundo nacional que consolidaria o credo nazista e sua visão de mundo. Tal argumento deixa clara a pretensão do partido, ao menos de Hitler, de formular um nacionalismo que empreendesse uma cruzada político-religiosa:

Uma teoria do mundo jamais levará suas ideias à vitória a menos que não aliste em suas filas os elementos mais audazes e vigorosos da época do país, para formar com eles uma poderosa organização de combate. Também é indispensável para ela extrair do quadro geral do mundo certas ideias definidas, apresentando-as em forma concisa e chamativa, adequada para servir de credo a uma nova comunidade da humanidade. [...] o programa de uma teoria de mundo equivale a uma declaração de guerra contra a ordem de coisas existentes [...] (*Minha Luta*, pp.157-158).

Os ditos “proveitosos ensinamentos” se baseavam na maneira como são buscadas as gerações de clérigos entre a multidão popular, e como o cristianismo, ao “erguer seu próprio altar”, se empenhava a destruir os “altares do paganismo”. A adoração e culto católicos, ao estabelecer como condição principal para a existência do seu credo a conversão e a destruição dos credos diferentes, criou meios para a consolidação da sua fé - o que Hitler julgava ser indispensável para qualquer credo, assim como para o ideal nacionalista.

O nazismo, portanto, aceitava a fé cristã por concebê-la como uma força para identificação de um nacionalismo cristão. Por outro lado, pode-se considerar que a ideia de realização do ideal nacional possui de um caráter anticristão, somente no que concerne à

interpretação da realidade e do mundo a que a teoria de mundo nazista pretendeu criar. A ideia de que o ariano tem a capacidade criadora e é realizador do idealismo nacional, dota-o de uma capacidade e realidade transcendentais, que o cristianismo separa como terra e céu/inferno. Os arianos manifestariam e materializariam a potência divina no mundo.

O programa do partido nacional-socialista voltou-se, portanto, para uma confissão de fé política e teve como ponto central a imposição de uma visão de mundo intolerante, estabelecendo que nenhuma representação desta “fora do marco do NSDAP, seria inadmissível e repousaria, na maioria dos casos, sobre errôneos fundamentos” (*Ibidem*, p.160). Porém, propunha moderar sua atuação de modo a evitar confrontos com as Igrejas, principalmente a Igreja Católica, que servia de exemplo à política nacional-socialista não somente pela sua antiga intolerância religiosa, mas também pela sua maneira de escolher clérigos para a classe eclesiástica.

A fé política pretendeu criar, com a imposição de uma nova visão de mundo, uma nova forma de fé religiosa no Estado, na personalidade do líder e nas determinações ditadas por este. A confissão de fé cristã alude à fundamentação de uma confissão de fé nacional. A forma, por exemplo, como o celibato ocorre, é comparada com a maneira como o partido deveria escolher os seus membros, de modo a exigir uma confissão de fé que estabelecesse sua nova visão de mundo, assim como o clero estabelecia a da Igreja.

O conceito de religião política encontra nesse exemplo de imposição de doutrina sua afirmação. A maneira como a intolerância é argumentada para que se figure uma representação única, leva a percepção de que, assim como uma religião que move a fé e configura as verdades do cristianismo, o nazismo com o propósito de pôr em prática um ideal nacional precisa agir como uma religião no que diz respeito a concretização e interpretação da realidade:

Muito pode aprender-se da Igreja Católica Romana. Embora o conjunto de sua doutrina choque em muitos pontos – desnecessariamente em certos cumprimentos – com a ciência e os conhecimentos modernos, esta Igreja não está disposta a sacrificar uma só sílaba de seu credo. Ela tem que compreendido com toda a exatidão que sua capacidade de resistência não depende de que se encontre mais ou menos em harmonia com os conhecimentos científicos modernos – que sofrem, por outra parte, constantes alterações – senão da forma com que se apegam a um dogma

formulado uma só vez e que expressa em geral o caráter da fé. Como consequência disso, a Igreja Católica possui agora mais solidez que nunca (*Ibidem*, p.159).

A força que o mito cristão possui na sociedade alemã é reconhecida diante a fundamentação da fé que exerce. Dado o momento de agitação política pós-Revolução de 1918-1919, o programa do NSDAP propôs um nacionalismo alemão fundamentado num movimento revolucionário, porem reacionário e intolerante na construção da Raça-Nação. As mudanças constantes do mundo moderno, com os avanços científicos, serviam de argumento para Hitler, para denotar o poder da Igreja Católica, interpretando a fé cristã como produto das certezas dadas pelo dogma cristão sobre a existência humana.

A aplicação do princípio “O interesse comum antes do próprio” (*Ibidem*, p.250) da premissa do programa do partido, resumida no ponto 24, considera o credo cristão dentro da religião política do estado. A defesa da ideia do cristianismo positivo, não foi estabelecida de forma a comprometer a confissão cristã. A ideia, portanto, seria construir uma comunidade acima do interesse individual reunida pelo credo, buscando incorporar aspectos favoráveis à política do partido para estabelecer a sua teoria de mundo. O cristianismo, além de ser reconhecido como religião popular, é reconhecido como possuidor de um credo forte e ao mesmo tempo como uma força para desencadear a luta contra o inimigo judeu, que nesse contexto deveria ser duplamente combatido: por não ser cristão e por ser o propagador de uma sociedade liberal-democrática onde impera o interesse individual acima do comum.

Um destaque importante na leitura do *Mein Kampf*, talvez a mais importante, são as considerações sobre o estabelecimento da fé das massas em relação à sua própria mobilização, como um ato de fé nacionalista e a confiança na determinação empregada por uma personalidade, como forma de romper com um estado de coisas impostas pelos partidos burgueses:

Mas em uma época em que um dos lados se armam até os dentes de mil armas mil vezes criminosas e ataca o estado de coisas existentes, o outro lado só pode resistir se aquele estado de coisas adota uma nova forma de fé – política no nosso caso – e desdenhando uma atitude defensiva, débil e tímida, a troca em ataque audaz e cruel (*Ibidem*, (1925) 1951, p.126).

Hitler considerava em *Mein Kampf*, por exemplo, os vocábulos “popular” e “religioso” seriam elementos fundamentais para a construção ideológica do movimento, pois dariam o

significado de pertencimento coletivo e dogmático ao ideal nacional socialista. Segundo Hitler, equivaleria, por exemplo, à uma percepção do marxismo internacional, uma vez que este seria uma “confissão de fé política” (*Ibidem*, p.127) Essa definição de vocábulos e a própria crítica cultural exercida pelo partido pressupõem um idealismo que sua expressão legitime a si mesmo, como uma nova fé que pretendia infundir “a noção viva do dever de todo homem de brindar seu sangue para que sua nação viva em todos os tempos e em todas as partes” (*Ibidem*, p.169).

O idealismo estabelecido une ação e aspiração nacional. A idealização da nação encontra assim seu meio de realização através da ação concentrada numa força militar e na preservação da pureza ariana. A teoria de mundo nazista era uma construção soteriológica racial que sacralizava o arianismo:

Cultura e civilização estão relacionadas a presença do elemento ariano. Sem este, sendo vencido ou se desaparecesse, um período de barbárie cairia sobre o mundo. [...] Quem se atreve a por a mão sobre a nobre imagem de Deus, pecará contra o bondoso Criador desta maravilha e contribuirá para sua própria expulsão do Paraíso. [...] Todos sabem que num futuro distante, a humanidade deverá enfrentar problemas cuja solução exigirá que uma raça exerça em grau superlativo, apoiada pelas forças de todo o planeta, assuma a direção do mundo. [...] o NSDAP se propõe a adaptar os princípios essenciais de uma teoria do mundo nacional universal e formula com devido respeito às possibilidades praticas e tendo em conta os tempos, o material humano disponível e as debilidades do mesmo, um credo político que seja no futuro a condição preliminar para o triunfo daquela teoria do mundo, triunfo que terá lugar quando tais métodos tiverem tornado possível a existência de uma rígida organização de grandes multidões. (*Ibidem*, pp.128-129)

Segundo a teoria racista, a capacidade criadora de cultura dos arianos está além de uma noção puramente racial. Ela se estende à esfera divina, como peculiaridade de uma determinação da Natureza e sobre o futuro da humanidade. Além de ressaltar a importância do elemento ariano, há uma definição de relações sobre o desaparecimento deste e o estabelecimento de um período de barbárie no mundo.

O discurso de Hitler, em pequenas passagens, assume um tom profético, carregado de uma visão totalizante do mundo. A colocação do judeu, por exemplo, como o inimigo de toda

a cristandade, apresenta a raça semita como oposta à raça ariana, e atenta para que o cristianismo preze pelos arianos, relacionando o cristianismo diretamente a estes:

Não há dúvida que o judeu conseguiu seu objeto; regozija-se presenciando a disputa entre católicos e protestantes; o inimigo da humanidade ariana de toda a cristandade ri assim para si mesmo (*Ibdem*, p.196).

A condenação do posicionamento radical contra o ultramontanismo⁸ e clericalismo assume uma postura de tolerância religiosa quanto a doutrinação cristã, de maneira que não impedisse que os indivíduos integrassem o movimento nacional-socialista e tivessem o sentimento nacional e fé política no Estado. A crítica aos aspectos religiosos é moderada em comparação à cruzada contra o mal identificado, o judeu.

A ideia religiosa sobre a vontade divina se faz, portanto, presente, e não exclui o cristianismo de sua fundamentação política. Por isso, podemos considerar que a fé política que o nazismo busca consolidar tem por base a aceitação do cristianismo não somente para opor aos judeus, por serem considerados representantes do mundo liberal e marxista, mas por formular um arianismo cristão, o qual as igrejas deveriam estar unidas para defender.

A teoria do mundo nacional-socialista pretendia uma fé política, a modo de confissão, que Hitler diferenciava da fé no marxismo internacional, que tentava abolir a importância da personalidade em todos os domínios da vida humana. A teoria de mundo nazista se baseava no princípio racial e na importância da personalidade. A autoridade decisiva não emanaria do princípio de dignidade da maioria, uma vez que reduzia esta maioria a apenas um corpo composto de pessoas responsáveis. Assim, estabelecia-se a “determinação” como obra de uma só pessoa, sobre a justificativa de que o princípio de decisão das majorias nem sempre governou a raça humana, a não ser em períodos breves da história, períodos singulares de decadência de nações e estados (*Ibdem*, pp.154-155).

Nesse sentido, caberia ao Estado Nacional o dever de educador, de velar pela existência de uma classe intelectual que abranja novos membros possuidores de força de vontade, estabelecendo uma organização que colocasse “os cérebros em cima da massa (multidão) e a sujeitar a massa à vontade dos cérebros” (*Ibdem*, p.153). Nesse sentido, a criação de um novo conceito de estado, como doutrina, propunha eliminar o conceito de estado tanto burguês quanto marxista – para Hitler, ambos teriam um caráter judeu –, e

⁸ Política centralizadora da Igreja Católica.

construir um estado, cujo princípio primeiro seria velar para que a raça, o grande sustentáculo da nação, se mantivesse pura (*Ibidem*, p. 135). O estado, portanto, não seria um fim, mas um meio: “o estado é o fundamento onde há de se apoiar a mais alta cultura humana [...] para isso, se requer a presença de uma raça dotada de capacidade para a civilização” (*Ibidem*, p. 131). A teoria de mundo proposta pelo nazismo se insere na construção do nazismo como um mito e um meio de estabelecer a ordem e o poder totalitário a partir do despertar da fé política e posteriormente da manifestação desta, estabelecendo a mobilização coletiva como forma de propaganda do Estado.

Hitler admitia também a formação de uma

[...] doutrina saudável em princípio [...] é menos prejudicial agarrar-se a um conceito determinado, apesar de não satisfazer de todas as verdadeiras exigências da realidade, [...] As coisas essenciais devem ser buscadas, não nas exterioridades, se não no sentido íntimo (*Ibidem*, p.159)

Às exigências da realidade é que a doutrina pretendida ser formada. O sentido íntimo das coisas essenciais tinha a ver com a ideia de *Lebensphilosophie* presente no modernismo reacionário, como vimos no capítulo anterior, voltando o “espírito alemão” e a intelectualidade alemã aos valores nacionais. O anti-intelectualismo de Hitler concebia que a organização do movimento político apto a levar a teoria de mundo nacional deveria contar com “dirigentes de elevado intelecto inspirados no sentimento” (*Ibidem*, p.158), colocando o talento e a raça à frente de qualquer exaltação intelectual, sem que existisse um distanciamento que constituía os intelectuais uma classe isolada das camadas populares:

A classe intelectual, em especial na Alemanha, é tão rigidamente separada do resto da humanidade, que não existe laço algum que a vincule a classes inferiores a ela. Dois são os males derivados desta circunstância: em primeiro lugar, a intelectualidade não compreende a massa/multidão popular nem simpatiza com ela. Aquela tem estado desvinculada desta por um espaço excessivamente prolongado como para que continue possuindo a necessária compreensão psicológica do povo. [...] Em segundo lugar, a esta classe superior falta a indispensável força de vontade; porque esta é ainda mais rara entre os indivíduos cultos que entre as multidões primitivas (*Ibidem*, p.147).

A exaltação do Estado Nacional colocava os altos ideais da comunidade nacional como desencadeador do fortalecimento da indústria e da ciência técnica, assim como da cultura. Nesse sentido, o nacional-socialismo pretendia renovar a classe intelectual, pois julgava que esta não compreendia as massas populares e era desprovida de força de vontade e determinação para as realizações práticas.

Outra exposição de Hitler é sobre como o movimento político nacional-socialista devia se empenhar para representar sua teoria de mundo nacional adotando uma bandeira e distintivo partidário para se tornar forte e completo. A representação do movimento político deveria assim, possuir símbolos que o caracterizasse e opusesse a outros movimentos internacionalistas. A criação de uma nova tradição é, assim, tida como essencial para o estabelecimento de uma força e autoridade do Estado, representada pela adoção de símbolos e representação da existência desta tradição. Segundo Hitler, isso seria responsável por alicerçar as forças revolucionárias e estabelecer a supremacia do Estado.

Por considerar a sugestão emotiva que o “drama” de uma representação de um movimento político é capaz de desencadear, Hitler estabelecia automaticamente uma relação entre fé política e propagação desta, por meio da identificação e da propaganda, que julgava ser necessária à organização popular e à respectiva escolha dos membros do partido:

A propaganda avantajará, em seu impetuoso avanço, de longe a organização, a fim de conquistar o material humano indispensável para esta última. [...] Por esta razão, o melhor é deixar que uma ideia se difunda a partir de um centro e por meio da propaganda durante um espaço de tempo dado, e logo depois explorar cuidadosamente em busca de dirigentes entre os seres humanos que acudiram ao chamado (*Ibidem*, p.202).

O movimento político era feito como via de consolidação de uma representação de mundo. O ideal nacional-socialista sacralizava o voto de sacrifício das massas e sua fidelidade à determinação nacional expressa pela figura do líder, que apesar de único no destaque de sua personalidade, era um representante da vontade da nação no presente e no futuro.

Por esta razão é importante levar em consideração também as produções audiovisuais produzidas pelo partido como forma de propaganda da política do Estado. O cinema para o nazismo foi um instrumento para alcançar a participação das massas na propagação da fé política nazista. O Estado se dispôs a proferir nos discursos de grandeza em seus congressos filmados a ideia transcendental de construção de uma ordem, a qual não exclui uma vontade e

uma justificação divina. A representação disso nos filmes de propaganda do partido, como em *Triunfo da Vontade*, expressa uma estética totalizante e uma representação dessa ordem que pretende “divinizar” o poder do Estado e sua representação.

2.2 O *Triunfo da Vontade*

Ao analisarmos *Triunfo da Vontade* (1935), de Leni Riefenstahl, sua composição audiovisual não nos permite ter um olhar neutro, visto a sua função propagandística. Por ser um filme encomendado pelo NSDAP, e contextualizar, no seu início, o VI Congresso como um marco histórico – 20 anos após a Primeira Guerra Mundial e 16 anos depois da humilhação de Versalhes -, o filme exalta o presente e o futuro alemães sob o poder nacional-socialista, inserindo as massas na sua representatividade enquanto parte do filme (atores/atuantes) e enquanto fim da obra (espectadores).

Independentemente dos processos técnicos de produção e montagem que possui, o seu direcionamento deixa claro em algumas passagens um convite à representatividade do poder político nazista. O discurso de Hitler reconhece as massas presentes no congresso como representação de todos aqueles que lá não estavam. O tom dessas passagens tem um direcionamento propagandístico, dado o apelo à identificação nacional e sua totalização na expressão e construção de uma realidade. Segundo Furhammar e Isaksson:

“O cinema de propaganda tem sido principalmente uma espécie de cerimônia mágica que figura rituais que invocam a realidade que o público deseja ver concretizada. [...] não é apenas a tentativa de influenciar o espectador, mas um meio mágico de influenciar a própria realidade” (FURHAMMAR e ISAKSSON, 1976, p.220).

Os discursos do congresso em Nuremberg e as multidões no filme, ao representar uma nova Alemanha que se curvava à Hitler, denotam a fidelidade e a lealdade ao *Führer*, assim como à nação. O filme, ao se propor a ser um registro, intenciona, visto seu direcionamento propagandístico, influenciar a realidade, através da sugestão de representação das massas. O intuito de se consolidar o reconhecimento do partido pelo público encontrou no cinema (ou nas imagens) um instrumento vital para a política nazista, bem como para a construção da realidade, que o filme representava.

Algumas passagens do filme merecem ser destacadas para que se possa ter clareza como o filme propôs a representar a realidade que lhe convinha ser vista e levada às massas, figurando como um chamado do partido para construção de um futuro nacional e de Hitler como sua maior expressão.

O discurso de Rudolf Hess, na abertura de cerimonial do NSDAP, busca na exaltação do público presente a legitimação de Hitler enquanto maior expressão da vontade coletiva. Da mesma forma, o discurso de Hans Frank, onde afirma ser o *Führer*, o “nosso juiz”. A figura de Hitler em meio às multidões clementes dota-o de superioridade, que é representada em alguns planos *contra-plongés*, remetendo a um olhar de aprovação e conhecimento da impecabilidade da ordem como lhe é apresentada.

“Vocês são alemães. Quando vocês agem, a nação age. Quando vocês julgam, o povo julga”. Hess estabelece, assim, que a massa presente no Congresso é legitimadora do poder do *Führer*. Assim, o grande público filmado no congresso é usado como via de representação da nação. Hitler é reconhecido como juiz possuidor de capacidade, que considera “sacros os princípios da justiça”, para representar e servir de elo entre a coletividade e a unidade da Alemanha. É reconhecido como possuidor de “uma vida e existência [que] está norteada no estado da ordem, da liberdade, e da lei”.

O movimento e alocação das massas expressam uma cerimônia que através do líder construirá a Alemanha do presente e do futuro. O filme apresenta imagens da reação das massas sobre a “supervisão” de Hitler, dotando-o de uma intocabilidade, que faz das cerimônias, com ou sem a sua presença, um culto ao futuro da nação, e dão à sua existência o significado de sacrifício à terra, à Alemanha, à nação.

Outro destaque do filme é a Revista do Trabalho do *Reich*, onde 52 mil trabalhadores com pás impostas como armas bradam em uníssono “aqui estamos prontos para levar a Alemanha para uma nova era”. Seu discurso define o nacional-socialismo enquanto reconhecedor da força produtiva do trabalho, de diversas partes da Alemanha, e de sua massa trabalhadora do campo, como necessária para construção de um futuro alemão.

Às massas é investida a condução do futuro alemão, porém o *Führer* é o representante da concentração do poder da vontade coletiva, que o filme pretende mostrar no acatamento às suas palavras. Isso faz do filme a expressão de uma crença na materialização e na existência de algo para além da temporalidade de vida individual, como sentimento nacional, onde a

juventude é o destaque na representação do futuro. A partir da prospecção de um ideal presente que levará a um futuro ideal, impera uma sacralização da causa que busca suprimir a individualidade e a temporalidade da vida humana, e interpreta a realização do ideal como ação e prática da nação. Assim, integrada a esta, os trabalhadores do campo que se apresentam à Revista de Trabalho, se reconhecem por serem possuidores do ideal de futuro alemão, confiando a Hitler a força de seus trabalhos.

A nova era que se fala, e o *Reich* de mil anos, eternizam a nação alemã, fazendo da formação do partido uma espécie de corpo político sagrado, onde o nacional-socialismo é responsável pelo movimento coletivo de realização do ideal nacional, que ao ter a juventude como principal aspecto, aponta para um futuro. No filme este futuro é representado em discursos como o dos trabalhadores do campo, e nos planos de crianças, muitas vezes sós, em primeiro planos e closes, e dos jovens reunidos, com seu entrosamento e a exaltação do seu encontro, como, por exemplo, na sequência do acampamento dos jovens fora de Nuremberg. Dois planos merecem destaque: um onde há os jovens fazendo um círculo, com algo cravado na terra diante de cada um, o que mais parece um ritual, e um outro que sucede este num corte direto, onde há um círculo de jovens, os quais jogam um jovem para o alto com uma espécie de lona.

Sem dúvida, a manifestação coletiva nas cerimônias e diante de Hitler, não apenas como chefe do Estado alemão, mas, mais fortemente, como condutor do futuro alemão, é um dos principais aspectos do filme. A aprovação do *Führer*, e a reação a ele, compõe a legitimação do poder político que o nazismo construiu a partir de sua figura, como representação de um futuro nacional que reclama o fatídico passado de derrota na Primeira Guerra Mundial, e da revolta de 1923, conhecida como o *Putsch* da Cervejaria.

Com vistas a esse futuro idealizado, um pacto é estabelecido na presença de Hitler pelos trabalhadores do campo, quando estes se propõem ser a Alemanha, vivos ou mortos: “camaradas, enfrentando tudo até a morte. Você não está morto. Está vivo na Alemanha.” Desta maneira, o filme denota um pertencimento nacional que trata a nação como princípio e fim, que podemos considerar que, visto sua intenção político-propagandística, sacraliza a coletividade, tendo em vista sua fidelidade a um ideal para além da vida individual. Isso dá as cerimônias e “rituais” do filme um valor de culto, não só ao líder, mas aos que dotam este de poder.

A presença das massas tem na reunião dos trabalhadores do campo a conotação de uma inspeção de Hitler, mas também da nação alemã. Hitler ao dizer que eles representam o grande ideal do trabalho, e ao destacar a importância deles estarem sendo vistos por milhares de alemães em Nuremberg – e por toda a Alemanha pela primeira vez – amplia, assim, a representação das massas presentes no filme, direcionando o espetáculo promovido pelas revistas e o congresso aos espectadores fora do filme, ou seja, seu público propriamente dito.

Assim, o mito construído, enquanto verdade e valor, é representado na demonstração de crença e na emotividade da multidão. Hitler é colocado num pedestal e a experiência promovida aprova seu poder. O valor de culto ao líder constrói um reconhecimento coletivo para que o projeto político nazista figure como uma coletivização de valores e um chamado às massas ausentes, espectadoras do filme, a integrarem-se à nação, transformando o nacionalismo alemão na própria representação do Estado, que inclui também a crença em uma superioridade - nacional, racial, mítica.

O reconhecimento das massas de trabalhadores é voltado para o público do filme, não só no discurso, mas na montagem da sequência, que se encerra com um enquadramento deles marchando com a câmera posicionada entre eles, onde alguns parecem olhar para ela, e, em seguida, um primeiro plano da marcha, lateral, onde um dos trabalhadores, carregando sua pá, olha fixamente para ela. O direcionamento ao público é claramente intencionado.

Desta maneira, as massas presentes estavam ali atendendo o chamado do partido, que assume uma postura de ordem liderada por um escolhido capaz. Assim, o filme se propõe trazer as massas para a realidade política do partido, manifestada no filme como uma nova crença, onde as massas presentes no congresso representam a confissão de fé ao *Führer*, mais que puramente ao Estado.

A união de trabalhadores, ao em voz alta dizer “não é o Estado que nos comanda, mas nós que controlamos o Estado. Não foi o Estado que nos criou, mas nós que estamos criando o Estado”, deixa claro que o Estado em si, na mensagem do filme, é o movimento e a política que o partido promove. Posteriormente, isso é reafirmado por Hitler na Reunião noturna dos líderes políticos, na Catedral das Luzes no campo Zeppelin. Entretanto, seu discurso é sugestivo à assimilação de fé religiosa, por afirmar ser a nação alemã criada por Deus, e possuidora de um comando dado por este:

“Não é o Estado que nos comanda! Mas nós que comandamos o Estado. Não foi o Estado que nos criou! Mas somos nós que estamos criando nosso Estado. [...] Ninguém pode ser desleal a algo que te dado conteúdo, significado e objetivo as nossas vidas. Tudo isso não seria possível se não fosse direcionado por um grande comando. Nenhum dirigente nos deu este comando. Mas sim Deus, que criou nossa nação. [...] Então, deixemos pegar um voto esta noite, prometam a cada hora, a cada dia pensar somente na nação alemã, no Reich, no nosso povo.”

A narrativa do filme conduz a interpretação do movimento nacional-socialista e as massas seguidoras como criadores do Estado. A nação é reconhecida enquanto integrante do movimento nacional-socialista, e é colocada no filme como a materialização do ideal deste. O comando, o regimento de criação do Estado sobre uma ordem que visa um futuro, é sacralizado na determinação divina que carrega a disposição para a vida em nação e o sacrifício a esta, expresso no trabalho, no combate e na guerra. No entanto, essa determinação dá a Hitler um caráter messiânico, por ser a representação desta nação e o intermediário do destino alemão.

O nazismo, mais do que qualquer outro fenômeno político, recorreu a uma representação do NSDAP, como ordem sagrada, que buscou construir um nacionalismo “religioso”, visto a confissão de fé que exigia. Cabe assim, falar que o partido adotou uma postura semi-eclesiástica, visto a construção de uma soteriologia nacional sobre o futuro alemão, a pureza racial ariana, a determinação divina e o papel de Hitler como condutor destas. A crença do sangue, da raça ariana e do declínio da civilização ocidental legitima e potencializa a mítica necessidade do líder.

Todo o cerimonial e a ritualística usados trata os membros do partido como selecionados por sua superioridade. Assim, como foi comentado anteriormente sobre o *Minha Luta*, o partido busca ser representado como um corpo religioso, assim como a Igreja, visto a criteriosa seleção dos componentes das fileiras do partido, que existe uma confissão de fé expressa no voto de sacrifício e lealdade. Na narrativa do filme, a identificação de Hitler e do partido como o caminho para a prosperidade da Alemanha e representação da vontade coletiva, pode ser vista como um requisito para tornar-se um membro do NSDAP. Ou seja, é no partido que o indivíduo, parte da nação, ascende por sua confissão de fé e ganha destaque honroso de integrar o NSDAP. Isso é expresso por Hitler no discurso final, no encerramento do Congresso:

“O partido em qualquer tempo representará a liderança política do povo alemão. Não será mudado em sua doutrina, duro como aço em sua organização, maleável em suas táticas e inteiramente adaptável e será treinado na escola como na ordem sagrada dos líderes políticos. Porém, isso deve ser mostrado para que todos os alemães transformem-se em nacionais-socialistas. Somente os melhores nacionais-socialistas serão membros do partido!”

A união cerimonial figura como um chamado a servir a nação, ao ideal de nação nacional-socialista. Além de seu sentido racial, figurou a ideia de realização de um futuro sobre a perpetuação da ordem nacional-socialista. Desta maneira, o filme pretende ser visto como um espetáculo de força política, uma demonstração de poder político, como Hitler ressalta ter sido o Congresso.

Podemos destacar também a presença do bispo Ludwing Müller, bispo do Reich da Igreja Evangelista Unida da Alemanha, que assistiu o discurso final do *Führer*. O destaque de sua presença no filme, logo após a consideração de Hitler sobre Deus, e sobre “o valoroso encontro pessoal e espiritual com lutadores e camaradas em armas” proporcionado pelo encontro, parece ser uma forma de legitimar o discurso por um líder religioso, que é um representante de uma comunidade de crentes cristãos.

Sugestão similar ocorre na revista na praça Adolf Hitler, em frente a Igreja de Nossa Senhora, antes da cerimônia de encerramento do Congresso. Hitler sobre o carro diante da Igreja, com o público sentado de costas para esta e voltado para a praça, para Hitler. Um plano geral enquadra a Igreja de frente, e num movimento *tilt down* mostra Hitler diante dela, de costas para ela, em pé no carro. O movimento de câmera e o enquadramento compõe uma grandiosidade da mobilização, que talvez nenhuma missa ou cerimônia cristã tenha promovido.

O VI Congresso do partido pode ser visto como um cerimonial litúrgico, onde a multidão, investida de um papel, é regida pelos mais elevados membros do partido e por Hitler, que todos se curvam, e fazem voto de fidelidade. A intenção propagandística e representativa do filme como via de legitimação da política nacional-socialista intencionou a construção do movimento como uma confissão de fé, onde o partido e as massas alemãs são sacralizados.

A visão de mundo que a política nazista impôs como dogma, ao mesmo tempo que politiza a arte cinematográfica, dota a política de uma espécie de aura, que legitima o controle do estado por uma determinação divina de comando.

A estetização da política ocorre na sacralização do corpo partidário e do público, ao qual sua mensagem é direcionada. O sentido à existência e à vida, proporcionado pelo Estado nacional-socialista, dá a entender que é proveniente da ordem do partido, sagrada na sua composição e na escolha de seus membros. Podemos levar em consideração que a visão de mundo nazista, ao formular um socialismo que se colocava contra a visão de mundo liberal e marxista - intencionado a agregar um valor nacionalista e, de superioridade ariana, cultural e política -, dotou a arte (no caso o filme) de uma espécie de aura.

Vale ressaltar que a produção de um filme, principalmente no que diz respeito a um filme de propaganda, não ocorria de forma autônoma, uma vez que toda produção cinematográfica encontrava-se dentro do controle da indústria cultural. Com ênfase do desenvolvimento da ideia de *Kultur*, que concilia sentimentos românticos ao desenvolvimento “técnico” (tecnológico) e identidade alemã, a indústria cultural promoveu a mistificação das massas, que podemos considerar ser um produto dessa ideia “romântica” alemã da tecnologia (*Technik*), presente nos ideais do modernismo reacionário, conforme visto anteriormente. A tecnologia deveria ser movida pelo “espírito faustino” (alemão) para que a tecnologia não fosse “vítima da decadência e da erosão espiritual” do mundo das finanças, promovidos pelo capitalismo e pelo dinheiro, conforme teorizou Spengler.

Por mais que a política do III Reich não tenha conservado esse viés anticapitalista, muito presente no modernismo reacionário, a ideia de cultura que se tenta construir no cinema nazista consolidou, em parte, um domínio da “técnica” na indústria cultural, principalmente nos seus filmes de propaganda, como é o caso do Triunfo da Vontade. Mas a tecnologia cinematográfica nazista conjugou técnica com a estetização da política - haja visto a sacralização das massas e do partido. O filme analisado pode, assim, ser visto como um exemplo dessa técnica, onde a sua politização, voltada ao nacionalismo como uma confissão de fé ao NSDAP, pretendeu fazer uma narrativa épica do triunfo do partido e da construção do Estado pela vontade das massas.

O filme, nesse sentido, seria direcionado à identificação das massas e à representatividade destas enquanto nação, onde o ideal sacralizado tinha em vista um futuro,

conferindo à sua mensagem de sacrifício e lealdade uma confissão de fé à “religião do Estado” nacional-socialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento e consolidação do regime nazista na Alemanha ocorreu concomitantemente com a construção do mito nazista, expressão de um nacionalismo com características do arianismo racial, da mitologia germânica e do cristianismo. Essa construção foi responsável pela configuração religiosa que a ideologia nacional-socialista teve, haja visto a mobilização popular alcançada e a força representativa que o NSDAP encontrou nesta.

O nazismo enquanto religião política, no entanto, encontrou sua afirmação na sacralização do seu poder e na sacralização das massas. A mobilização e representações de adoração ao Estado foi o propósito de sua propaganda e serviu-lhe de garantia de poder. A imposição de sua teoria de mundo teve o propósito de construir uma confissão de fé, criando uma religião do estado, que se lançou na tentativa de manipular a fé religiosa cristã ao se valer de aspectos desta para estabelecer um domínio político e cultural.

O conceito de religião política, ao tratar os fascismos como pseudo-religiões - por terem deformado as instituições e a realidade política, combinando racionalismo e irracionalismo - é um tema importante por trazer à tona a noção de fé desaparecida, principalmente nos momentos de crise política, e ressaltar a conjugação entre o aspecto religioso e a reivindicação por um tipo de ordem política e social a ser criada.

Independentemente da secularização ocorrida em nossa sociedade, a ciência política e cultural deve ter claramente nos seus estudos sobre a ideologia o existencialismo que leva alguns movimentos políticos a buscarem uma legitimação religiosa, voltando sua propaganda para uma confissão de “fé política”, que mantém laços estreitos com fundamentos religiosos.

A religião política consiste em um experimento de dominação implementado por um movimento político que se pretende revolucionário, que busca legitimação e propagação através do culto e dos rituais que promove, exaltando uma superioridade divina responsável pela ordem que visa implementar e pela dita “iluminação” de personalidades políticas - como foi o caso do NSDAP e de Hitler.

Em tempos onde o audiovisual e seu grande acesso e propagação consistem na principal via de comunicação e propaganda, o pensamento científico deve atentar para que a religião e concepções da esfera, digamos, “espiritual” não sejam desconsideradas nas problematizações e análises de ordem política. Da mesma maneira, um olhar atento ao estado deve considerar os limites de sua laicização, assim como a representatividade religiosa e suas práticas em alguns partidos e segmentos políticos.

A identificação das massas e a representatividade destas enquanto nação devem atentar para a maneira pela qual a sua manipulação ocorre, pois, no que diz respeito à participação popular democrática e à legitimação política dessa participação, o estabelecimento de um poder político como uma confissão de fé religiosa significaria a totalização de uma vontade dita “coletiva”, mas que acabaria promovendo, ao fim e ao cabo, o silenciamento de outras vozes e opiniões consideradas como o Outro, como não-pertencentes ao ideal de mundo e sociedade criados pelo mito e pela religião política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

BLAVATSKY, Helena Petrovna. *A Doutrina Secreta*. Volume III. São Paulo: Ed. Pensamento, 2013.

DENNIS, David B.. *Desumanidades: interpretações nazistas da cultura ocidental*. São Paulo: Madras, 2014.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. RJ: Zahar, 1997

GENTILE, Emilio. *Politics as Religion*. Oxfordshire: Princeton University Press, UK, 2006.

GINZBURG, Carl. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. *Cinema e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ed. Ensaio. Campinas, SP, 1993.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean Luc. *O mito nazista*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2002.

POLIAKOV, Leon. *O mito nazista: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

REICH, Wilherm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1988.

STOCKELBERG, K. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Artigos

CARVALHO, Matheus Landau de. *Um breve Histórico do início da teoria da invasão ariana*. In: Sacrilégens, Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião UFJF, Juiz de Fora, v.9, n. 2, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilégens/files/2012/04/9-1-10.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2013.

KURTZ, Adriana S. *A teoria e o cinema de propaganda totalitária: convergências entre o Nazi-fascismo e a indústria cultural (e algumas palavras sobre Riefenstahl e o pós-moderno)*. In: Intertexto, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 1-13, janeiro/junho 1997.

PASSOS, Eduardo Schmidt. *Eric Voegelin e as Religiões Políticas: o substrato comum entre a religião e a Política*. In: Sol Nascente, Revista do Centro de Investigação sobre Ética aplicada (CISEA). Província do Huambo, n.1, jun.2012. Disponível em: <<http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N1%20art1%20.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

Tese

CHOLFE, Jonas Fornitano. *As Implicações Filosóficas da Teoria da Gestalt*. [dissertação de mestrado]. São Carlos: UFScar, 2009. Disponível em: <<http://www.dfmc.ufscar.br/uploads/publications/4f05d5c59f6c5.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

Filme Documentário

HISTÓRIA OCULTA DO TERCEIRO REICH. Dirigido por Dave Flitton. Brasil: USA Filmes, s/ ano. 1 DVD, v.10 (153min), color. Título original: The occult history of the third Reich.

Fontes

HITLER, Adolf. *Mi Lucha*. Buenos Aires: Luz, 1951.

TRIUNFO DA VONTADE. Dirigido por Leni Riefenstahl. Alemanha: Univernum Film AG, 1935. 114 min: son., b&p. Filme cinematográfico. Disponível em: <<http://filmescomlegenda.tv/fcl/o-triunfo-da-vontade-triumph-des-willes-1935/>> Acessado em: 26 de abr. 2013.